



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA



JOSÉ ALEXANDRE MENDONÇA DINIZ

**O neoliberalismo e a ascensão da extrema direita contemporânea no
Brasil: uma abordagem de Economia Política**

CAMPINAS

2021

JOSÉ ALEXANDRE MENDONÇA DINIZ

**O neoliberalismo e a ascensão da extrema direita contemporânea no
Brasil: uma abordagem de Economia Política**

Monografia apresentada ao Instituto de
Economia da Universidade Estadual de
Campinas como parte dos requisitos exigidos
para a obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Alex Wilhans Antonio
Palludeto

CAMPINAS

2021

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Luana Araujo de Lima - CRB 8/9706

D615n Diniz, José Alexandre Mendonça, 1999-
O neoliberalismo e a ascensão da extrema direita contemporânea no Brasil :
uma abordagem de Economia Política / José Alexandre Mendonça Diniz. –
Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Alex Wilhans Antonio Palludeto.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Economia.

1. Neoliberalismo. 2. Direita e esquerda (Ciência política). 3. Economia - Brasil.
I. Palludeto, Alex Wilhans Antonio, 1986-. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Economia. III. Título.

Informações adicionais, complementares

Título em outro idioma: Neoliberalism and the rise of the contemporaneous far-right
movement in Brazil: a Political Economy approach

Palavras-chave em inglês:

Neoliberalism

Right and left (Political science)

Economics - Brazil

Titulação: Bacharel em Ciências Econômicas

Banca examinadora:

Alex Wilhans Antonio Palludeto [Orientador]

Adriana Nunes Ferreira

Data de entrega do trabalho definitivo: 02-07-2021

JOSÉ ALEXANDRE MENDONÇA DINIZ

**O neoliberalismo e a ascensão da extrema direita contemporânea no
Brasil: uma abordagem de Economia Política**

Monografia apresentada ao Instituto de
Economia da Universidade Estadual de
Campinas como parte dos requisitos exigidos
para a obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Data de aprovação: _____ / _____ / _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Alex Wilhans Antonio Palludeto – Presidente da banca
Instituto de Economia da Unicamp

Profª. Dra. Adriana Nunes Ferreira – Docente convidada
Instituto de Economia da Unicamp

Aos meus pais, por todo carinho que me deram, por tudo que me ensinaram.

RESUMO

DINIZ, José Alexandre Mendonça. **O neoliberalismo e a ascensão da extrema direita contemporânea no Brasil**: uma abordagem de Economia Política. Orientador: Alex Wilhans Antonio Palludeto. 2021. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

O objetivo do presente trabalho é tentar compreender, a partir de uma abordagem de Economia Política, a relação que se estabelece entre o neoliberalismo e a extrema direita contemporânea, fortalecida politicamente durante a década de 2010. Parte-se da hipótese de precisar o neoliberalismo, suas origens, suas políticas econômicas e seu percurso histórico até os dias de hoje, assim como entender e caracterizar o atual movimento político de extrema direita, com o intuito de, justamente, detalhar e apreender o relacionamento dos fenômenos em questão, revelando nuances de continuidade, ruptura e, sobretudo, causalidade entre ambos. Em seguida, o trabalho dedicou-se especialmente ao Brasil e à situação política e econômica na qual o país se encontra, na tentativa de evidenciar ao caso brasileiro a conexão apreendida entre os fenômenos estudados.

Palavras-chave: neoliberalismo; direita e esquerda; economia - Brasil.

ABSTRACT

DINIZ, José Alexandre Mendonça. **Neoliberalism and the rise of the contemporaneous far-right movement in Brazil**: a Political Economy approach. Orientador: Alex Wilhans Antonio Palludeto. 2021. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

The purpose of this paper is to understand the relation established between the neoliberalism and the contemporaneous far-right movement, politically strengthened in the 2010's, using a Political Economy approach. In order to achieve that, it was necessary to specify the concept of neoliberalism, its origins, its economic policies and also its historical path, as well as to describe the contemporaneous far-right political movement. The main intention is to reveal the features of continuity, rupture and, mostly, causality in the relation shared by them. After doing so, there is a greater focus put under Brazil and its actual political and economical situation, presenting what had been understood as the connection between the two studied phenomena.

Keywords: neoliberalism; right and left; economy - Brazil.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	9
1.	NEOLIBERALISMO: SIGNIFICADO, TRAJETÓRIA E IMPACTOS	12
1.1	Um panorama geral	12
1.2	As origens do neoliberalismo	14
1.3	A teoria hayekiana	19
1.4	As políticas econômicas neoliberais	23
1.5	O capitalismo sob a égide da racionalidade neoliberal	30
2.	A EXTREMA DIREITA CONTEMPORÂNEA	34
2.1	Características da extrema direita contemporânea	34
2.2	A relação entre o neoliberalismo e a extrema direita contemporânea	37
3.	O CASO BRASILEIRO	43
3.1	Uma breve descrição da estrutura econômica brasileira	43
3.2	Ascensão do neoliberalismo em contexto nacional	44
3.3	Neoliberalismo e governos do Partido dos Trabalhadores	46
3.4	Ascensão da extrema direita em contexto nacional	51
3.5	A extrema direita no poder e a pandemia de COVID-19	55
3.6	A relação entre extrema direita e o neoliberalismo em contexto nacional	60
	CONCLUSÃO	63
	REFERÊNCIAS	67

INTRODUÇÃO

Várias nações ao redor do globo experienciaram a ascensão de movimentos políticos de extrema direita durante a última década, em especial a partir do cenário de instabilidade econômica gerado pela crise financeira de 2008. Mesmo países capitalistas avançados que possuem longa tradição democrática liberal passam por importantes questionamentos ao sistema político vigente concomitantemente ao crescimento acelerado da extrema direita. E esse processo não se restringe ao mundo capitalista desenvolvido, também se apresentando, ainda que com características próprias, em países periféricos. Considerando o enorme poder que tais grupos políticos têm angariado recentemente, passando a possuir um grande peso na organização das instituições políticas como um todo, tanto em plano nacional quanto internacional, é de suma importância entender este fenômeno, explicitando suas consequências e suas origens.

Com base em uma abordagem de Economia Política, a hipótese sugerida é a de que a ascensão dos movimentos de extrema direita ao longo da segunda década do século XXI não é um simples resultado da atual conjuntura internacional, ainda marcada pela crise econômica, mas fruto de uma ampla mudança estrutural, atrelada ao surgimento e à disseminação do neoliberalismo, iniciada nos anos 1980 e decorrente da ruptura com os ideais de solidariedade materializados após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A partir disto, tem-se assistido um profundo sentimento de desesperança e abandono por parte de indivíduos que viram seu padrão de vida ser relativamente reduzido em meio ao aumento da desigualdade de renda e de riqueza, sendo colocados à sua própria sorte pelos Estados Nacionais, na medida em que estes foram se transformando e reforçando uma outra forma de estruturação da sociedade, a neoliberal, calcada na generalização da concorrência.

Como consequência deste processo, vê-se a geração de revolta frente ao tradicional sistema político. Esta insatisfação popular, por sua vez, é capitalizada pela extrema direita contemporânea, vista pela presente pesquisa, portanto, como um sintoma da crise política, econômica e social associada ao neoliberalismo, evidenciando uma complexa e contraditória teia de associações entre ambos. Nesta complexa relação, em que o aprofundamento da ordem neoliberal parece ter impulsionado grupos políticos de extrema direita, há décadas marginalizados, podem se observar traços: i) de contraditoriedade, vide a existência de uma mobilização por parte da extrema direita como resposta às instabilidades econômicas gestadas

pelo neoliberalismo; ii) de continuidade e sobreposição, sobretudo no que diz respeito ao caráter autoritário que os fenômenos em questão apresentam.

Por conseguinte, é do propósito deste trabalho apreender o processo de emergência do movimento político da extrema direita no período dos anos 2010 no âmbito do espraiamento do neoliberalismo, tendo como cerne o caso brasileiro, um país em que a força política da extrema direita se elevou recentemente, revelando-se como um importante exemplo da ascensão de tais grupos políticos no cenário nacional e no qual se verificam laços com o neoliberalismo, sobretudo no âmbito da política econômica. Neste sentido, tem-se o anseio de, ao longo da pesquisa desenvolvida, responder a seguinte pergunta: que tipo de relacionamento se estabeleceu, ao longo da década passada, entre os fenômenos analisados, principalmente no que se refere ao contexto brasileiro?

Para tanto, são necessários alguns passos específicos em direção ao objetivo mais geral colocado, tais quais a caracterização do neoliberalismo e reconstituição de seu percurso histórico tanto internacionalmente quanto em âmbito nacional, além de definir uma caracterização adequada para o atual movimento de extrema direita. Desse modo, partindo dos objetivos estabelecidos, a partir do pluralismo metodológico, com particular ênfase em abordagens centradas na tradição da Economia Política, buscou-se desenvolver um estudo de natureza teórica baseado em pesquisa bibliográfica sobre trabalhos relacionados aos temas destacados, justamente para ser possível precisar e conceitualizar o que se entende por neoliberalismo, extrema direita e a conexão entre ambos, sobretudo na experiência brasileira recente.

Finalmente, abordando a estrutura da monografia a ser realizada, ela será composta de três capítulos, para além de uma introdução e uma conclusão. No capítulo inicial, será estudado o neoliberalismo de forma mais geral, tendo como foco a reconstituição de sua origem, trazendo seus autores de destaque e buscando delinear o que constitui as principais contribuições econômicas neoliberais. Neste capítulo, também serão abordados os impactos das políticas concebidas com base em tal abordagem, realçando o aumento da desigualdade social e econômica como parte da tendência geral da economia mundial a partir do momento que o neoliberalismo passou a ser disseminado. O capítulo seguinte se dedicará a detalhar o conceito usado para definir a extrema direita contemporânea, sendo tratada de uma maneira mais concreta a associação deste fenômeno com o neoliberalismo.

Por fim, no terceiro e último capítulo, serão colocadas as peculiaridades da realidade brasileira, analisando, de maneira exploratória, o desenvolvimento do neoliberalismo e do movimento da extrema direita em um cenário mais específico. Nesta seção ainda, a pandemia de COVID-19 será abordada, com o propósito de esboçar a resposta à crise sanitária em questão por parte do presente governo brasileiro, salientando seu caráter autoritário e em consonância com os princípios neoliberais.

1. NEOLIBERALISMO: SIGNIFICADO, TRAJETÓRIA E IMPACTOS

1.1 Um panorama geral

Termo mais utilizado por seus críticos do aqueles que o defendem, o conceito de neoliberalismo tem sido objeto de debate por parte de pensadores das mais diversas matizes econômicas, desde pensadores marxistas, como David Harvey (2005), a autores do *mainstream economics*, como Paul Krugman (2018). De uma maneira geral, o neoliberalismo tem sido atrelado a uma maior desregulação dos mercados, com a ideologia a ele associada defendendo privatizações e liberalização econômica, com o intuito de reduzir a participação, na gerência dos recursos produtivos, do Estado (cujas políticas públicas passam a ser ancoradas a rígidos limites fiscais) e estimular a concorrência e seus efeitos tomados como positivos (atados a um ganho de eficiência e produtividade), como ressaltam Furceri, Lougani e Ostry (2016).

Conceito-chave para se entender a conjuntura global atual, o neoliberalismo e seu estudo vêm ganhando cada vez mais notoriedade, principalmente com a crise financeira de 2008, como aponta Davies (2014). Ainda segundo Davies (2014), a partir das diversas definições de neoliberalismo presentes na literatura, pode-se afirmar que elas compartilham os seguintes atributos: o desejo de trazer para dentro do mercado instituições fora dele (por meio da privatização, por exemplo) e a ideia de que o neoliberalismo é marcado pela concorrência e pela produção de desigualdade, além de caracterizá-lo como um modelo político e social renovador, pautado em uma força intensiva e modernizadora.

Em uma abordagem marxista, sintetizada por Saad-Filho (2020), o neoliberalismo pode ser concebido como um sistema de acumulação, uma etapa histórica e específica do capitalismo, associada a uma forma particular de relação entre as classes no que diz respeito à constituição e distribuição do mais-valor, à reprodução social e material das classes e à ideologia legitimadora das interações sociais e institucionais observadas. No sistema de acumulação neoliberal, ainda de acordo com Saad-Filho (2020), imperaria o domínio da financeirização, com a disseminação do capital portador de juros, em um mundo conectado globalmente via cadeias globais de valor e firmas transnacionais. Em termos de justificativas ideológicas, o neoliberalismo seria associado às já mencionadas políticas favoráveis ao mercado.

Para os propósitos do presente estudo, entende-se o neoliberalismo como além de uma política econômica, de uma ideologia ou de um sistema de acumulação, mas como a racionalidade subjacente a eles. Em suma, o neoliberalismo afirma-se como uma forma de orientar a ação não só de governos e grandes empresas, mas também dos indivíduos¹ de uma maneira geral, tendo como princípio norteador a concorrência e sua disseminação generalizada. Nas palavras de Dardot e Laval (2016, p. 17), "o neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência". Nesse sentido, é que o neoliberalismo não se resume a um único conjunto de políticas econômicas ou a um sistema de acumulação em particular, mas é a racionalidade que conforma as políticas econômicas e a estruturação do sistema de acumulação com vistas ao espraiamento e à preservação da concorrência como princípio universal.

Para poder discernir os impactos da difusão da racionalidade neoliberal, faz-se necessário, primeiramente e de forma breve, ressaltar um essencial fato estilizado atrelado àquela, para posteriormente, nas próximas seções deste capítulo, entender a origem do neoliberalismo, sua genealogia intelectual, política econômica e trajetória de um modo geral. Com efeito, um dos fatos estilizados característicos da disseminação do neoliberalismo na conformação do capitalismo contemporâneo tem sido a elevação da desigualdade de renda e de riqueza nas últimas décadas. Como nota o relatório *In it together – why less inequality benefits all*, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCED, 2015), há um aumento da desigualdade social, ao longo das décadas de 1980, 1990, 2000 e 2010, justamente o período de disseminação do neoliberalismo. Tal qual atesta OCDE (2015), vê-se um acréscimo significativo, a partir dos anos 1980, no índice de Gini médio dos países da organização, indo de um patamar de 0,29 para 0,32, configurando um aumento de aproximadamente 11%.

Um outro relatório, produzido pelo *World Inequality Lab*, o *World Inequality Report 2018* (2017), também acusa um aumento da desigualdade (datando seu início na década de 1980, assim como o estudo da OCDE). De forma mais concreta, pauta a relevante elevação da desigualdade nos Estados Unidos, no qual 1% dos mais ricos são responsáveis, atualmente, por uma fatia de 20% da renda nacional, com, na década de 1980, o valor sendo igual a 10%.

¹ o tema da criação de uma nova forma de subjetividade por parte do neoliberalismo, no qual os indivíduos interiorizam a concorrência, não será detalhado pela presente monografia, mas, para uma discussão mais elaborada acerca do assunto, ver Safatle (2021).

WIL (2017) também evidencia um crescimento de desigualdade, porém mais marginal, em uma outra parte do mundo desenvolvido, a Europa Ocidental. Nela, verificou-se que o 1% mais rico passa a acumular, de 10% da renda total, nos anos 1980, para 12%, nos dias de hoje. Desse modo, o aumento da desigualdade socioeconômica é um fato estilizado acerca do impacto do avanço do neoliberalismo e sua maneira de estruturar a economia, a sociedade e o papel que o Estado deve assumir perante estas. Seu componente gerador de desigualdade é tão claro que até mesmo levou membros de uma instituição identificada com ele, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a questionar os resultados das políticas neoliberais, algo exposto em Furceri, Lougani e Ostry (2016).

Passemos, então, para a próxima seção, que pretende adentrar mais propriamente nas origens e corpo teórico neoliberais.

1.2 As origens do neoliberalismo

Para realizar um trabalho adequado de averiguar o desenvolvimento intelectual do neoliberalismo, de traçar de forma apropriada sua genealogia, deve-se debruçar sobre o contexto de sua origem e surgimento, na crise do liberalismo clássico, datada de 1880 a 1930. Para Dardot e Laval (2016), os dogmas do liberalismo clássico, pautados em concorrência perfeita, mercados atomísticos e em equilíbrio, não conseguiram mais explicar e fornecer as normas de funcionamento da realidade da época, algo percebido não só pelos campos críticos ao capitalismo. Com a ascensão das grandes empresas, típicas da fase que o capitalismo estava adentrando em fins do século XIX (a etapa monopolista), a ideia de que o contrato de trabalho poderia se dar livremente entre duas partes de mesmo poder era evidentemente falsa. Surgiu a necessidade de regulamentações sobre os salários, a jornada de trabalho, o direito de greve, de aposentadoria. No campo internacional, os protecionismos, nacionalismos e imperialismos rivais eram disseminados, indo contra a ideia de livre comércio e harmonia entre as economias nacionais.

Ainda em Dardot e Laval (2016), parte dos teóricos liberais, confrontados com este mundo em mudança, se recusavam a abandonar suas ideias com relação à prática do Estado, se fixando sobre uma conservadora proteção dos direitos de propriedade – que remontava ao século XVIII, como oposição ao despotismo dos Estados Modernos. No seio dos teóricos liberais críticas também foram apresentadas, vindas de autores como Alexis de Tocqueville (1805-1859) e John Stuart Mill (1806-1873). Tais pensadores chegaram à conclusão de que, a

partir da evolução da civilização mercantil, seria esperado um aumento do poder governamental, desafiando os preceitos do *laissez-faire*. Mill, por exemplo, em um de seus últimos trabalhos, pautado pelo espírito utilitarista de Jeremy Bentham (1748-1832), chega a dizer que a lei de propriedade deveria levar em conta considerações de ordem pública, culminando em uma espécie de “utilitarismo empírico”.

Em desacordo com estes reformistas liberais, destacavam-se alguns teóricos, ardentes defensores do livre mercado. Dentre eles, para Dardot e Laval (2016), realçava-se a figura do filósofo Herbert Spencer (1820-1903), que acreditava que a vida dos indivíduos seria piorada de um modo geral pela presença de leis e regulamentações que protegessem os mais pobres, limitassem o trabalho de mulheres e crianças nas manufaturas e impusessem a vacinação obrigatória, entre outros exemplos. Na visão de Spencer, os liberais que apoiavam este tipo de regulação seriam traidores, tendo uma visão empírica da utilidade ao invés de uma baseada na determinação racional, o que significava a ruína do sistema de liberdade no qual o mercado estava assentado, pois supostamente ignorava princípios fundamentais de tal sistema, como a divisão do trabalho. O pensador em questão também criticava a criação *ex nihilo* de direitos por parte do Estado, afirmando que, se, no passado, o liberalismo limitou o poder dos monarcas, no futuro, tem a missão de limitar o poder dos parlamentos, reféns de “massas sem cultura”, tal qual informam Dardot e Laval (2016).

Para Spencer, deveria vigorar um *laissez-faire* puro, no qual somente sobreviveriam os mais fortes. Como apontam Dardot e Laval (2016), o filósofo havia claramente se inspirado em "A Origem das Espécies", publicada em 1859, fazendo uso (equivocado) do darwinismo para fortalecer a argumentação em prol do *laissez-faire*. Isto se deu, portanto, via o estabelecimento de uma analogia entre a evolução biológica e econômica, com o mercado sendo entendido como uma instituição que naturalmente evolui, a partir da seleção de seus membros mais capazes. Esta seleção, por sua vez, seria realizada por meio da concorrência, que deveria ser disseminada para todas as esferas da existência, com Spencer concebendo-a como um princípio universal da vida.

Por conseguinte, é neste sentido que a visão spenceriana representa um ponto de inflexão na história do liberalismo, tal qual evidenciam Dardot e Laval (2016). Na competição, estaria o progresso da humanidade, sendo natural que ela elimine os componentes mais fracos desta, isto é, indivíduos e firmas incapazes de sobreviver na ordem de mercado associada ao *laissez-faire*. Enquanto a tese de Spencer está carregada de óbvios

traços de darwinismo social, o mesmo não está subentendido nos autores liberais clássicos, que tem como representantes Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823). Nos escritos destes intelectuais, a concorrência não é o foco principal, mas sim as trocas comerciais e a subsequente satisfação de necessidades individuais, levando a um bem estar comum, a principal meta, na visão dos pensadores clássicos, a ser alcançada pela ordem de mercado, que não é interpretada como um instrumento de eliminação dos integrantes mais frágeis de uma sociedade.

Por mais que tentasse evitar a ruína do *laissez-faire* (e, assim, do liberalismo clássico) com sua defesa apaixonada, Spencer não foi bem sucedido em seu objetivo. Na visão de Polanyi (1944), ocorreu, durante os anos 1930 e 1940, o fim do liberalismo clássico e da civilização que este pautava, por meio de um processo contraditório no qual aquele, ao mesmo tempo que era sustentado pelo Estado liberal (a partir da fixação de direitos de propriedade, contrato, entre outros), foi também sendo limitado pela ação pública (via o protecionismo comercial nacional adotado mais para fins do século XIX), com a finalidade de tentar aplacar a natureza destrutiva dos mercados autorregulados típicos do período.

O resultado deste processo, ainda segundo Polanyi (1944), desembocou em sérias tensões políticas internacionais, culminando no conflito armado generalizado que hoje é chamado de Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Com o fim do conflito em questão, tentou-se retomar uma ordem mundial calcada nos ideais liberais que uma vez vigoraram, mas esta se revelou frágil, corroída por crises e instabilidades que estimularam a ascensão do fascismo pela Europa de então e, posteriormente, o início da Segunda Guerra Mundial. Desse modo, os problemas socioeconômicos enfrentados pelas nações ao longo do entreguerras e incapazes de serem resolvidos pelo liberalismo clássico fizeram com que este se enfraquecesse ainda mais.

Afinal, como recontam Dardot e Laval (2016), vários, até mesmo formados em uma tradição liberal, reconheceram a necessidade de intervenção do Estado na gestão social e econômica, em especial após a Primeira Guerra Mundial e as crises que a seguiram. Diferentemente de Spencer, tais teóricos, dos quais podem se destacar John Maynard Keynes (1883-1946), Leonard Trelawny Hobhouse (1864-1929) e John Dewey (1859-1952), colocariam em pauta um outro liberalismo – chamado de "novo liberalismo" – gerido pelo objetivo do bem comum, guiado por uma moral coletiva e mais em contato com a realidade econômica e social, com o intuito de preservar e salvar o capitalismo e a civilização liberal da

anarquia, sendo este papel principalmente reservado ao Estado – encarregado de fazer com que cada indivíduo tenha a condição de realizar seu projeto de realização individual a partir de seus próprios meios.

O novo liberalismo não seria a única construção teórica, dentro do ambiente liberal, resultante da crise do liberalismo clássico. Uma outra surgiria, conforme apontam Dardot e Laval (2016), e também seria favorável à intervenção estatal tão rechaçada pelo *laissez-faire* e pelo liberalismo clássico. Contudo, enquanto a primeira corrente, do novo liberalismo, aceitaria que alguns interesses coletivos devessem ser superiores aos individuais, a segunda, associada ao que viria ser neoliberalismo, crê no papel central da concorrência em organizar as relações entre os indivíduos, mesmo que isso elimine aqueles mais fracos dentro do grupo, seguindo a lógica spenceriana.

O aparecimento desta outra corrente só se daria de fato com o Colóquio Walter Lippmann, considerado o momento da fundação do neoliberalismo, tal qual recontam Dardot e Laval (2016). Encontro entre diversos pensadores liberais realizado em 1938, o Colóquio foi organizado por Louis Rougier (1889-1982) em homenagem ao jornalista Walter Lippmann (1889-1974), crítico do *New Deal*. De acordo com Davies (2014), os presentes de tal reunião, incluindo nomes como os de Friedrich Hayek (1899-1992) e Ludwig von Mises (1881-1973), estavam preocupados com o crescente sentimento anti-liberal que tomava forma ao longo dos anos 1930, manifestado, como já mencionado, por meio do estímulo ao protecionismo, da presença do totalitarismo (tanto nazifascista quanto socialista) na Europa, do *New Deal* nos Estados Unidos e da criação da macroeconomia como campo de reflexão autônomo. Com grandes ameaças colocadas sob o liberalismo, os teóricos desejavam refundá-lo, reconstituindo o argumento em prol de um mercado baseado no sistema de preços, sendo nesta reunião a primeira vez que o termo "neoliberalismo" é utilizado.

Ainda no Colóquio Walter Lippmann, segundo Dardot e Laval (2016), os primeiros neoliberais se opuseram aos princípios do *laissez-faire* e a uma suposta ordem natural no qual se constituiriam os mercados. Para eles, o liberalismo é fruto de uma determinada legislação, sendo possível a intervenção jurídica do Estado. Assim, esta ordem (imposta de maneira legal e não de modo natural) seria uma forma de se readaptar às mudanças que ocorriam na economia e na sociedade (como descobertas tecnológicas, transformações na organização, entre outros), impedindo a existência de privilégios e qualquer dano à concorrência, fatores que, na opinião dos participantes do Colóquio, levaram à crise do liberalismo clássico e à

presença de totalitarismos, estados econômicos que deveriam ser a todo instante desprezados e combatidos. Em outras palavras, distinguindo-se do liberalismo clássico, para o neoliberalismo, seria fundamental a intervenção estatal (em sua forma jurídica, não administrativa, é importante destacar), podendo-se assegurar, desse modo, a concorrência, entendida como sobrevivência dos mais aptos, um princípio que, se bem calibrado, condicionaria o bom funcionamento do mercado.

Por conseguinte, a ordem de mercado, concebida da maneira formulada pelo Colóquio, seria supostamente superior a uma gestão coletivista e, portanto, autoritária da economia, responsável por ceder às chantagens e pressões de grupos sociais (sejam eles ricos ou pobres) e, subsequentemente, prejudicar a concorrência e o desempenho da economia como um todo. Ainda em Dardot e Laval (2016), a partir das deliberações tomadas, evitaria-se, segundo o diagnóstico dos membros do Colóquio, cometer os erros crassos cometidos pelos liberais, como Spencer, ao defenderem cegamente a crença de que a economia é regida por uma ordem natural e perfeita, sendo independente da política e do direito, enquanto a realidade era, de fato, outra, não se podendo dissociar economia do Estado e sua jurisdição.

Indo um pouco mais a fundo no componente jurídico do neoliberalismo, utilizando-se de Dardot e Laval (2016), é do entendimento dos primeiros neoliberais que o grupo de leis produzido pela sociedade, a partir do Estado, esteja sempre em transformação visando justamente prover o auxílio legal para uma ordem econômica também em permanente mudança e adaptação. Tendo este processo em perspectiva, as instituições liberais deveriam realizar uma avaliação sobre os diversos interesses, arbitrando-os e assegurando obrigações equitativas entre os indivíduos envolvidos, decidindo entre tais interesses ao adotar a lei vigente. O responsável por fazer com que a lei fosse cumprida, por sua vez, seria um Estado forte, considerado essencial para a existência de uma ordem legal que amparasse juridicamente a economia e o espraiamento da concorrência. Contudo, em meio a uma grande quantidade de agentes e uma variedade gigantesca de interesses, somente uma elite poderia governar este Estado, afastando-o dos caprichos das massas e minando a soberania popular, algo que também era defendido por Spencer.

Uma vez expostas as discussões do Colóquio Walter Lippmann, vê-se o ponto inicial do percurso histórico de uma nova maneira de apreender a economia e a sociedade, o começo da dita racionalidade neoliberal, que se expandiria, dando origem a novos ramos e escolas

dentro de um mesmo movimento. Dentre tais ramos, deve-se ressaltar três, o americano, o austríaco e o alemão, conforme destaca Fausto (2020). O primeiro estaria associado à Escola de Chicago e Milton Friedman (1912-2006), enquanto que o segundo teria como principais representantes Mises e Hayek, e o terceiro, Wilhelm Röpke (1899-1966) e Rudolf Eucken (1846-1926).

Pautando especificamente este último ramo, convencionou-se a chamar a escola neoliberal alemã de "ordoliberalismo". Segundo Davies (2014), donos de importantes contribuições ao pensamento neoliberal, os ordoliberais eram, em sua maioria, filósofos liberais e advogados, que detinham a crença de que a lei deveria ser usada para impor ideais formais sobre a sociedade, compartilhando da visão de que o Estado seria necessário para ajudar a estabelecer a ordem neoliberal (e a concorrência atrelada a ela) a partir da lei. Os pensadores em questão também davam destaque ao combate de monopólios na economia, sendo favoráveis a normas antitruste. Ainda em Davies (2014), diferentemente de outras correntes neoliberais, os ordoliberais entendiam como promissor um mercado pautado por uma ordem jurídica que fosse compatível com a existência de seguridade social e provisão de bens públicos. O mercado resultante desta ordem jurídica, portanto, receberia a alcunha de social, originando os tais mercados sociais tão identificados com o ordoliberalismo.

Prosseguindo para além da vertente alemã do neoliberalismo, os principais membros dos ramos americano e austríaco serão abordados nas próximas seções. Friedman e sua teoria monetarista será amplamente discutida na penúltima seção deste capítulo, enquanto que a próxima seção tratará de forma extensa das contribuições de Hayek, sendo possível, assim, dar continuidade ao estudo da genealogia intelectual do neoliberalismo, uma vez que suas origens e surgimento, o propósito da atual seção, tenham sido devidamente esclarecidos.

1.3 A teoria hayekiana

Influente integrante da escola econômica austríaca, Friedrich Hayek foi muito relevante para a constituição do arcabouço teórico neoliberal, a ponto da presente monografia destacar uma seção toda abarcando exclusivamente seus estudos e os desdobramentos lógicos e intelectuais destes. Inicialmente muito simpático aos ordoliberais mencionados anteriormente, Hayek discordava em um certo ponto de sua abordagem: o uso generalizado que eles faziam da palavra "social". Como recontam Dardot e Laval (2016), para o austríaco, o uso indiscriminado de tal termo culmina em sua saturação e não adiciona nada quando

acoplado a outras palavras (como democracia, política, entre outros). Esta crítica de Hayek aos ordoliberalis pode parecer simples, mas, na verdade, revela o entendimento que o austríaco tinha acerca da intervenção estatal.

Na visão deste pensador, a ação do Estado deveria estar situada em um quadro no qual reafirma-se a importância de uma estrutura jurídica para o funcionamento do mercado e rejeita-se qualquer forma de atribuição ao governo de objetivos “sociais”, pela simples razão de que tais objetivos induziriam a um ideal de sociedade artificial, em que esta poderia ser conscientemente planejada com o intuito de alcançar fins coletivos estabelecidos de maneira positiva. Dessa maneira, Hayek introduz uma ordem de mercado no qual existe um conjunto de fenômenos relacionados a estruturas que resultam da ação humana, porém são independentes do desejo humano. Ou seja, uma ordem de mercado que nem pertence a uma categoria artificial, pois não é fruto dos anseios humanos, e nem a uma natural, já que depende da ação humana, integrando, logo, uma categoria intermediária.

Aprofundando-se na ordem de mercado em Hayek, ainda em Dardot e Laval (2016), ela seria uma ordem ajustada aos poucos, de forma espontânea, e livre de qualquer fim em particular, mas no qual os indivíduos conseguiriam realizar seus próprios objetivos, sendo a ordem capaz de conciliá-los, culminando em benefício para os envolvidos. A coesão desta ordem, por conseguinte, só seria possível a partir de regras formais pautadas pela generalidade, no qual estabelece-se o que os agentes não podem fazer, uma vez que, como já afirmado, a regra gerida por um determinado objetivo só traria distúrbio ao mercado. Com relação à associação entre a ordem de mercado hayekiana e a sociedade, esta também deve ser entendida como uma ordem espontânea, no qual o mercado aloca um espaço significativo: é com a expansão dele que a sociedade vai se desenvolvendo, chegando ao estágio mais avançado, da "grande sociedade", cujos laços sociais tem como base fundamental os vínculos econômicos.

Um outro importante aspecto da ordem de mercado hayekiana seria a forma pela qual se constitui o conhecimento. Na visão do intelectual austríaco, de acordo com Dardot e Laval (2016), os indivíduos detêm conhecimentos fragmentados, logo ninguém pode dizer que possui, em algum instante, o conjunto de todas as informações dispersas entre os vários agentes, sendo, a partir do funcionamento do mercado, via o sistema de preços, que toma forma a combinação desses fragmentos disseminados, culminando em resultados para todo o meio que não poderiam ser atingidos caso houvesse algum planejamento ou dirigismo

consciente. Pode-se perceber também que, pelo fato dos indivíduos não souberem de todas as informações, reina também uma situação de incerteza.

Indo além no estudo da ordem de mercado, é necessário olhar de forma mais específica para o papel do direito no contexto da teoria estudada. Como destacam Dardot e Laval (2016), Hayek privilegiou o direito privado, criticando a crescente influência do direito público. Para ele, as regras de conduta humana que tornam possível a ordem de mercado são consequência de um processo espontâneo de seleção, cuja ação se dá ao longo do tempo, mostrando a inspiração darwinista presente na obra de Hayek, anteriormente também visualizada em Spencer. Afinal, tal qual na seleção natural, a seleção das regras (que toma forma de maneira inconsciente) conseguiu que se difundisse as normas mais eficazes da "conduta justa", incorporadas ao costume antes de serem descobertas pelos juízes e legisladores. Neste sentido, o pensador consegue se afastar do jusnaturalismo e do positivismo, com as regras não sendo fruto de uma suposta razão natural e nem do autoritarismo do legislador, porém consequência da própria experiência dos seres humanos.

Todas estas regras podem ser resumidas em três principais leis (tidas como base do direito privado): a liberdade de contrato, a inviolabilidade da propriedade e o dever de compensar o outro pelos danos que lhe são causados. Conforme foram se concretizando, em paralelo à constituição do mercado, estas normas tornaram possível uma amplificação do domínio da liberdade individual. E este é, por excelência, coincidente com a dita "esfera de decisão privada", da qual o indivíduo tem em disposição no momento que executa uma ação dentro do quadro formal das regras, com a finalidade destas sendo, então, de proteger a liberdade (fruto de um longo processo de evolução cultural), na medida que impedem a coerção (cuja ausência, para o pensador, define o conceito de liberdade) de um agente sobre o outro.

Neste contexto, esta esfera de decisão privada, fruto da pré-existência de regras gerais de conduta justa, determina os limites da intervenção estatal, com toda ação do Estado ultrapassando aqueles sendo considerada ilegítima, cabendo ao próprio Estado aplicar para si mesmo as regras do direito privado válidas a todo indivíduo, conforme notam Dardot e Laval (2016). Tais regras, portanto, passam a ser universais, ao serem conhecidas e aplicadas de forma generalizada, inclusive para organizações que não dependem do mercado, tal qual já mencionado. Acaba-se, logo, por formular uma sociedade do direito privado, em que o poder

público é coibido de interferir nas escolhas individuais dos agentes, a ele somente restando garantir um contexto favorável a tais decisões individuais.

Em resumo, a teoria hayekiana, como reforça Kiely (2017), advoga por um governo das leis do direito privado, atrelada a uma ordem de mercado que é espontânea, tanto no sentido da criação do conhecimento quanto das regras que pautam tal ordem. O objetivo do pensador austríaco é evitar uma ordem coletivista (seja ela em sua forma socialista, fascista ou social democrata), no qual vigoraria particularismo, discricionariedade e, sobretudo, coerção, atentado à liberdade individual, nunca ameaçada na tão desejada catalaxia. Desse modo, o Estado não deveria exercer políticas de controle de preços e de redistribuição de renda ou riqueza, em função de sua natureza arbitrária, limitadora da liberdade a qual pressupõe a ordem de mercado espontânea.

A proteção social, assim, era vista, majoritariamente, de forma negativa por Hayek, observa Kiely (2017). Afinal, caso houvesse significativas desigualdades sociais, não deve-se emitir um juízo de valor, uma vez que é o resultado da ordem de mercado, não importando se tal situação é justa ou injusta, salvo algumas poucas exceções. Interferir nesse resultado é arriscar o funcionamento da ordem espontânea do mercado, já que uma intervenção só serviria a interesses especiais de determinados grupos, colocando em perigo a liberdade e propriedade dos outros indivíduos, não contemplados pela interferência realizada, tal qual nota Kiely (2017). Existe, portanto, como verificam Dardot e Laval (2016), um claro limite ao poder dos governos com a emergência de uma sociedade de direito privado (ou "grande sociedade"), cuja aplicação generalizada, por sua vez, deveria ser a grande meta dos Estados. Desse modo, ainda em Dardot e Laval (2016), a identificação que se faz entre Hayek e Estado mínimo e *laissez-faire* é falsa, podendo ser observada, na obra do austríaco, a importância da intervenção jurídica para haver uma concretização da liberdade individual.

Antes de finalizar a presente seção, é preciso realçar um último aspecto que se encontra presente na obra hayekiana, essencial para os propósitos desta monografia. O aspecto em questão é um profundo questionamento da democracia liberal. Afinal, afirma Kiely (2017), a ordem jurídica, como visionada pelo pensador austríaco, seria designada para limitar a democracia, ao oprimir as possibilidades de interferências sobre o mercado. Desse modo, o que tal ordem constitucional acaba por conseguir, ainda em Kiely (2017), é a desconexão entre o regime político e a soberania popular. Vê-se presente, portanto, no arcabouço teórico hayekiano (e neoliberal), um claro traço antidemocrático e, até mesmo,

autoritário, colocando, acima das necessidades e vontade da população como um todo, o sistema de mercado.

1.4 As políticas econômicas neoliberais

Para além de Hayek e dos ordoliberalis, é chegado o momento de averiguar a corrente americana do neoliberalismo, começando pela Escola de Chicago e seu principal expoente, Milton Friedman, para poder melhor apreender a construção do neoliberalismo enquanto racionalidade subjacente à política econômica colocada em prática, que é a principal finalidade desta seção. Tendo este intuito em perspectiva, é preciso debruçar-se sobre as últimas décadas, colocando em evidência, primeiramente, os anos 1960 e 1970, em que vigoravam o fenômeno da estagflação e a subsequente decadência do modelo fordista de produção, denunciando a fragilidade da macroeconomia velho keynesiana, como notam Dardot e Laval (2016). Inábil em lidar com os problemas econômicos que se apresentavam, o velho keynesianismo foi severamente atacado por Friedman, sendo este capaz de promover a teoria monetarista, da qual despontava como um de seus principais criadores. Com o aumento da popularidade do monetarismo, Friedman acabaria por fomentar o início de uma mudança drástica no campo da macroeconomia, desembocando em uma alteração de foco da política econômica, que, de responsável por fomentar o emprego e o produto, passaria a ser um instrumento essencial na estabilização da inflação, em consonância com a racionalidade neoliberal, tal qual veem Dardot e Laval (2016).

Com relação ao modelo monetarista em si, de acordo com Snowdon e Vane (2005), tem-se que entendia a inflação do período como um fenômeno monetário, fruto de ingerências na oferta monetária, sob controle do Estado, enquanto que a demanda monetária, atrelada ao comportamento dos agentes da economia, era tida como estável. Assim, caberia ao governo atuar em compasso com o comportamento dos agentes da economia, caso contrário, arriscaria a presença de inflação e instabilidades no sistema de preço. Na visão monetarista, a presença de uma interferência estatal – tal qual um aumento na emissão monetária – na alocação de recursos determinada pelos agentes resultaria em somente uma mudança temporária do produto e do nível de desemprego, já que acabaria por induzir os indivíduos ao erro expectacional, ao chamado cenário da ilusão monetária.

Afinal, mobilizando Snowdon e Vane (2005), os agentes na doutrina monetarista são capazes de formular suas expectativas de maneira adaptativa, isto é, de calcular o nível de

inflação futura com base no patamar de inflação passada. Desse modo, eles, ao se depararem com a inflação surpresa fruto da expansão da oferta monetária, interpretam-a como consequência de um crescimento natural do produto, não como um impacto da ação governamental. Por conseguinte, é só com a chegada do longo prazo que os indivíduos acabam por perceber seu erro, rapidamente recalculando suas expectativas, culminando no retorno ao estado inicial de produção e de desemprego a um nível de preços maior (ou seja, no fenômeno da estagflação), algo retratado na curva de Phillips alterada por Friedman, conhecida como curva de Phillips aceleracionista. Nesta, por conseguinte, o *trade-off* entre desemprego e inflação somente ocorreria no curto prazo, pois no horizonte de longo prazo, para qualquer valor de inflação, prevaleceria uma única taxa de desemprego, a natural, atrelada a uma taxa natural de produto, com ambas sendo determinadas pela estrutura e institucionalidade presentes em uma economia.

Portanto, ainda em Snowdon e Vane (2005), apreende-se que alterações na emissão monetária não teriam a capacidade de gerar um efeito real sobre a economia no longo prazo, com a teoria monetarista defendendo a chamada neutralidade da moeda. Isto, por sua vez, fez com que a política monetária visse reduzida sua efetividade em estimular a demanda agregada, principalmente no longo prazo, com os monetaristas argumentando que a política em questão pudesse ser muito mais útil à estabilidade da economia caso assumisse o papel de balizar a expectativa dos agentes com relação à inflação futura. Por conseguinte, este papel só poderia ser consolidado com a submissão da política monetária a regras, em especial, a metas monetárias, sendo despossada da sua discricionariedade, recomendada pela macroeconomia típica que vigorava antes da (Contra-)Revolução Monetarista.

Pautando especificamente da política fiscal, os monetaristas, como aponta Lopreato (2013), rechaçam a importância dada a ela pelos velhos keynesianos no processo de estabilização econômica, uma vez que mudanças fiscais, em função de *lags* temporais, agem mais no sentido de gerar crescimento econômico em um período posterior do que aplacar imediatamente uma recessão. Também foi consenso, dentro do corpo teórico estudado, que o poder da política fiscal de influenciar a demanda agregada (no horizonte de curto prazo, é importante frisar) é muito pequeno quando não se há alterações nas variáveis monetárias, com os monetaristas argumentando por uma maior capacidade da política monetária, com relação à fiscal, em trazer a estabilidade de preços e, portanto, a estabilização econômica, com a

aplicação das metas monetárias e a subsequente perda da discricionariedade sendo, assim, essenciais para o modelo em questão.

Dando continuidade à análise das políticas econômicas neoliberais, ao longo da década de 1970, como herdeiros de Friedman e dos monetaristas, aparecem os novos clássicos, que incorporam uma série de conceitos de seus predecessores, como a taxa natural de desemprego e a neutralidade da moeda, além da inflação entendida enquanto fenômeno monetário. Para Modenesi (2005), existem algumas significativas diferenças conceituais entre tais grupos teóricos, com a primeira delas dizendo respeito à formação de expectativas. Enquanto os monetaristas acreditavam que os agentes formavam suas expectativas de forma adaptativa, como já debatido, os novos clássicos passam a aceitar que as expectativas sejam formuladas de maneira racional.

Para tais pensadores, cujo principal teórico foi Robert Lucas (1937-), tal qual Friedman, também integrante da Escola de Chicago, pelo fato do agente ser munido de um comportamento racional e otimizador, capaz de processar toda a informação disponível, ele consegue não só se basear nas experiências anteriores de nível de produto e de preço, mas ter o poder de antecipação. Assim, o indivíduo em questão é muito menos provável de ser levado a erro, não sendo capaz de cometê-lo de maneira sistemática, portanto, o erro, se ocorrer, é consequência de um problema informacional, com o agente sempre conseguindo maximizar a utilidade de todo o conhecimento a seu dispor.

Ainda fazendo-se uso de Modenesi (2005), para além das expectativas racionais, outra novidade trazida pelos novos clássicos com relação a seus predecessores, os monetaristas, é a crença de que a macroeconomia deveria ser microfundamentada. Tal microfundamentação, por sua vez, seria realizada com base na microeconomia neoclássica, sendo incorporados conceitos da tradição walrasiana, dos quais pode-se destacar a concorrência perfeita e a busca pela otimização. Mais essencial ainda, ao adotar a tradição walrasiana, o modelo novo clássico acaba por admitir a presença de uma flexibilidade de preços e salários (ou *market clearing*), isto é, um permanente ajuste dos preços chave da economia, a partir das próprias engrenagens do mercado, o que acaba por fazer com que aquela sempre tenda ao equilíbrio, ao nível natural de produto e de desemprego.

Na teoria exposta, portanto, a política macroeconômica detém uma importância econômica ainda menor do que o observado na teoria monetarista, não gerando efeito sobre as variáveis reais econômicas até mesmo no curto prazo, tendo em vista a presença de um

mercado em constante ajuste e de agentes de comportamento racional e maximizador, com poder de antecipação, incapazes de se colocarem, por exemplo, na situação de ilusão monetária, explorada anteriormente. Como consequência destes pressupostos, atrelado à doutrina novo clássica está o conceito da supernetralidade da moeda: a crença de que, até mesmo no curto prazo, a moeda é incapaz de afetar variáveis econômicas reais. No campo do gasto público, por sua vez, vê-se a defesa da equivalência ricardiana, com os novos clássicos, usando Lopreato (2013), negando que o investimento público tenha qualquer tipo de efeito sobre a demanda agregada, rejeitando o efeito multiplicador que aquele possa ter sobre os níveis de renda, produto e emprego.

Nesse cenário conjurado pelos novos clássicos, de espaço nulo para estímulo à demanda agregada via política macroeconômica, caberia a esta, assim como se observou na teoria monetarista, zelar pela expectativa dos agentes quanto à inflação futura, com o intuito de não ocorrer o problema da inconsistência temporal, pois seria a única situação que poderia levar o agente racional ao erro expectacional, uma vez que ocasiona o contexto de problema informacional já mencionado. Mobilizando Modenesi (2005), a inconsistência temporal é verificada quando o governo abandona uma política adotada anteriormente por outra vista como superior em função de interesses de curto prazo da administração pública. Como forma de combater tal problema, os novo clássicos rechaçam a discricionariedade da política macroeconômica, assim como fizeram os monetaristas, e exaltam a aplicação de regras àquela, na forma de metas de inflação (ao invés das monetárias defendidas pelos monetaristas) e da independência da Autoridade Monetária, no que tange o campo da política monetária, e de disciplina fiscal, no que diz respeito à política fiscal. Uma vez aprovadas, essas regras, ao serem seguidas por um determinado governo, garantirão a ele credibilidade e reputação para com os agentes, culminando na tão desejada estabilidade econômica.

Com a chegada dos anos 1980, a ascensão da escola novo keynesiana continuou a tendência de tornar a política macroeconômica restringida por regras e focada na estabilidade de preços, além de fortalecer a tese de microfundamentação da macroeconomia e das expectativas racionais, como colocam Snowdon e Vane (2005). Ao mesmo tempo que realizaram isto, os novos keynesianos retomaram alguns conceitos econômicos vigentes antes da Revolução Monetarista, aceitando a presença de imperfeições no mercado (como custos de transação não nulos, externalidades, a presença de oligopólios e, subsequentemente, de uma concorrência imperfeita), que impedem, no curto prazo, a realização do *market clearing*.

Assim, uma vez que a economia não se encontra em um permanente ajuste, havendo a aceitação da existência de rigidezes, abre-se espaço, na visão do grupo teórico em foco, para o uso da política econômica de forma a corrigir os rumos da economia, sendo recolocada a efetividade daquela em influenciar variáveis reais, permitindo-se que possa ser possível resgatar certo grau de discricionariedade.

Por conseguinte, a microfundamentação feita pelos novos keynesianos, distinta da realizada pelos novos clássicos, é atrelada a imperfeições de mercado, culminando na presença de rigidezes em preços e salários, mesmo em meio a agentes racionais e de comportamento maximizador. Entretanto, a discricionariedade em questão não é igual a que vigorava no modelo econômico velho keynesiano. Ainda em Snowdon e Vane (2005), os novos keynesianos reconhecem a importância de combater a inflação, assumindo que a mesma possui custos, ao desalinhar preços, ocasionar incerteza, desencorajar investimentos, além dos chamados custos de menu. Assim, uma inflação baixa e desacelerada seria muito vantajosa economicamente, com os *policymakers* devendo focar na concretização de um cenário no qual haja um nível de produto e emprego que não faça com que a inflação se acelere, sendo importante destacar que a taxa de desemprego atrelada a tal contexto não é a natural, visada por monetaristas e novo clássicos, mas sim a que é possível, chamada de NAIRU². Portanto, entende-se que a política econômica deva possuir certa discricionariedade, dada as já mencionadas imperfeições, ao mesmo tempo que deva ser submetida a regras, para combater a inflação e seus efeitos reais sobre a economia.

Assim, a consequência dessa amálgama de pensamentos dos novos clássicos e de conceitos retomados dos velhos keynesianos é a criação de uma discricionariedade restringida. Nela, a política econômica tem certo espaço de ação para agir sobre as agregadas macroeconômicas, espaço este moldado por um conjunto de regras, das quais se destacam as metas de inflação e o uso da taxa de juros como ferramenta central para desaquecer a economia e frear uma inflação em aceleração. No campo da política fiscal, esta, como informa Lopreato (2013), possui um papel secundário frente à política monetária, entendida como mais importante para a estabilidade macroeconômica, visão que os novos keynesianos compartilham com novos clássicos e monetaristas. Para novos keynesianos, ao imperar a regra da disciplina fiscal no gasto público, a política fiscal torna-se uma sólida base na qual

² em inglês, *Non-Accelerating Inflation Rate of Unemployment*, a taxa de desemprego não aceleradora da inflação.

podem repousar os objetivos assentados pela política monetária, já que evita-se a situação de dominância financeira, isto é, de descontrole das contas públicas a ponto de eventualmente ser necessária a expansão monetária para acomodar o gasto realizado, culminando em uma dívida pública cuja trajetória não seja sustentável a longo prazo.

Desse modo, usando Snowdon e Vane (2005), assim como se observou no modelo novo clássico, é essencial o governo cumprir as metas selecionadas, não podendo deixar tomar forma o problema da inconsistência temporal e o viés inflacionário a ele relacionado, realizando o possível para manter sua credibilidade perante os agentes econômicos altamente racionais. Para concluir a análise do corpo teórico novo keynesiano, é importante destacar que é sobre os ideais de tal escola (expectativas racionais, concorrência imperfeita e discricionariedade restringida) que se assenta o novo consenso da macroeconomia, em vigor até os dias de hoje.

Por conseguinte, após o estudo feito da trajetória da política macroeconômica sobre o viés monetarista, novo clássico e novo keynesiano, é possível observar o óbvio caráter neoliberal que a política econômica adquire. Mesmo levando em consideração as críticas presentes entre essas escolas de pensamento e a tentativa de novos keynesianos de recuperar algumas ideias do velho keynesianismo e da velha síntese neoclássica, o que se verifica é uma perpetuação da racionalidade neoliberal. Afinal, a partir das teorias destes três grupos de pensadores, o Estado tem limitada sua capacidade de administrar a economia, de intervir diretamente sobre os recursos da sociedade, de agir sobre o nível de preço e produto, como verificam Dardot e Laval (2016). A expansão do gasto público passa a ser restringida, enquanto a política monetária é utilizada de forma a gerar choques recessivos, uma vez que à ação pública caberia somente impedir quaisquer instabilidades que afetassem o nível de preços ou acelerassem a inflação, com o objetivo de melhor calibrar a expectativa dos indivíduos e deixá-los livres para realizar a própria escolha de dotação e de transações.

Por sua vez, este processo culminaria em um determinado resultado econômico fruto da concorrência entre os agentes e que não pode ser alterado pelo Estado, atado legalmente a metas fiscais e de inflação. Assim, observa-se um claro incentivo à concorrência, entendida como capaz de levar ao bom funcionamento econômico, cabendo ao Estado aplicá-la com base em uma ordem jurídica, em consonância com o que foi visto a respeito do neoliberalismo ao longo do presente capítulo. Em resumo, as mudanças geradas no campo teórico da política macroeconômica, a partir da Revolução Monetarista de Friedman, deixaram de lado a defesa

da demanda agregada, da renda e do emprego, que passam a ser definidos via interações intra-mercado, tornando como foco primordial da política econômica o controle da inflação, algo que é estabelecido de forma legal.

De uma perspectiva política, esta nova forma de se realizar política macroeconômica, identificado com o neoliberalismo, seria primeiramente explorado no Chile, como aponta Davies (2014), durante o governo ditatorial de Augusto Pinochet (1974-1990), com apoio do próprio Friedman e de outros teóricos da Escola de Chicago. Neste ponto, torna-se claro que o autoritarismo temido pelos autores neoliberais é a intenção do Estado em intervir economicamente na dotação de recursos determinada pelos mecanismos de mercado. Afinal, não observaram nenhuma incongruência na associação entre a abordagem econômica por eles defendida e o Estado ditatorial chileno da época.

No que diz respeito à política do mundo desenvolvido, a subida ao poder, durante o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, do republicano Ronald Reagan nos EUA e da conservadora Margaret Thatcher no Reino Unido marcou o início de dois importantes governos neoliberais, tal qual informa Fausto (2020). Decretava-se de vez, assim, o fim do paradigma fordista-keynesiano. O resto da década de 1980 e a chegada dos anos 1990 só iria reforçar esse movimento, com o novo modelo de política macroeconômica se disseminando pelo mundo, chegando aos países subdesenvolvidos principalmente a partir do receituário neoliberal aplicado por instituições multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial, conforme nota Fausto (2020). Ainda como destaca Fausto (2020), este receituário de política econômica recebeu a alcunha de Consenso de Washington e suas recomendações, para não dizer imposições, aos países de terceiro mundo incluíam corte de gastos públicos e privatização de empresas estatais, além de reformas tributária e trabalhista, com esta devendo flexibilizar a legislação acerca do trabalho.

No último capítulo desta presente monografia, será destacado o papel do Consenso de Washington no contexto da disseminação do neoliberalismo no Brasil. No próxima seção, abordar-se-á os rumos mais recentes tomados pelo capitalismo, no âmbito da racionalidade neoliberal, após esta se disseminar ao derrubar o velho keynesianismo e ditar as medidas de política macroeconômica desenvolvida nas últimas décadas, alterando o foco daquela e pautando as então discricionárias política fiscal e monetária de rígidos limites legais, como pôde-se verificar ao longo da atual seção deste capítulo.

1.5 O capitalismo sob a égide da racionalidade neoliberal

O ganho de relevância ao redor do neoliberalismo, como evidenciado na seção anterior, demonstra que ele passa a ter importante força nos rumos do capitalismo global. Como resume Fausto (2020), passam a ser concretizadas as já mencionadas políticas de privatização, de corte de impostos e de perseguição de inflação baixa, além de flexibilização dos movimentos dos capitais. Sobretudo, ainda conforme Fausto (2020), vê-se um dismantelamento dos mecanismos de reivindicação da classe trabalhadora e do Estado de Bem-Estar Social, que existiam desde o fim da Segunda Guerra Mundial. É a vitória de um projeto nascido das ruínas do liberalismo clássico, diferenciando-se deste ao permitir uma interferência estatal jurídica e sendo defendido por um número cada vez maior de economistas, intelectuais, políticos e empresários, interessados em um retorno do liberalismo econômico e na subsequente falência de coletivismos, em especial, o coletivismo da social democracia.

Desse modo, com a ascensão da racionalidade neoliberal e o projeto de sociedade e economia a ela atrelado, o Estado não tem mais como objetivo primordial a defesa do pleno emprego, passando a usar de todo seu aparato legal para fomentar uma ordem de mercado calcada na concorrência, independentemente do que desejam as massas, como bem coloca Fausto (2020). A consequência deste processo é o cenário ideal para o aumento de desigualdade social, evidenciado na primeira seção deste capítulo, além da presença de um forte componente antidemocrático a partir da negação neoliberal da soberania popular, algo que já era evidente nos escritos de Hayek, estudados anteriormente, e que será mais bem tratada no próximo capítulo da presente monografia.

Quanto à presença de uma possível resistência a essa racionalidade neoliberal atualmente dominante no capitalismo global, mesmo políticos, intelectuais e economistas tidos como progressistas fazem coro ao ataque do neoliberalismo à justiça social em prol de assegurar a liberdade do mercado, conforme vê Brown (2019). Inaugura-se, assim, um dito "neoliberalismo progressista", que, ainda em Brown (2019), combina ideais caros ao progressismo, como casamento entre pessoas do mesmo sexo, e uma defesa da ordem de mercado, sendo o governo Clinton (1993-2001) um exemplo concreto deste tipo de neoliberalismo. No contexto nacional, mobilizando Saad-Filho (2020), os governos do Partido dos Trabalhadores seriam um outro caso de administração identificada com a esquerda e o

progressismo, porém sem romper com o neoliberalismo, com os governos petistas e sua relação com aquele devendo ser mais destrinchados no último capítulo desta monografia.

Outro essencial aspecto, por conseguinte, do capitalismo contemporâneo, enquanto orientado pelo neoliberalismo, é a presença de instabilidades econômicas, de frequentes crises, como colocam Dardot e Laval (2016), uma vez que ao Estado não é mais permitido usar de todo seu aparato de política econômica em prol de contundentes ações contracíclicas que poderiam zelar pela manutenção de razoáveis níveis de produto e emprego, tal qual amplamente analisado na seção anterior. A crise econômica e a recessão a ela atrelada, assim, são inerentes ao atual momento histórico do capitalismo, marcado pela emergência da racionalidade neoliberal. A principal destas crises, que, portanto, são sistemáticas, é a crise financeira de 2008. Segundo Davies (2014), pensava-se que tal crise abalasse o neoliberalismo, porém isto não aconteceu, tendo o Estado havido um relevante papel ao dar amparo ao sistema financeiro no auge da crise, demonstrando, mais uma vez, como a figura do Estado é indissociável do neoliberalismo e de sua aplicação.

Com o intuito de entender o quão disruptivo pode ser o neoliberalismo, deve-se entrar mais aprofundadamente no tema da crise financeira de 2008. Conforme revela Rugitsky (2020), sua origem está atrelada ao aumento do endividamento em países cujo papel internacional, à época da crise, era de serem grandes consumidores, provendo dinamismo à economia global. Como principal exemplo de tais nações, geradoras da demanda internacional, encontra-se obviamente os EUA. Prévio a 2008, a população norte-americana sustentava seu consumo a partir de um alto grau de endividamento, uma vez que seus salários se estagnaram ao longo do tempo, em consequência das políticas econômicas neoliberais e seu já referenciado componente gerador de desigualdade. Assim, aumentos no consumo eram financiados via alavancagem, havendo a substituição do salário pela dívida, culminando na formação de bolhas especulativas, em especial, bolhas no setor imobiliário, cujo estouro foi o epicentro da crise financeira de 2008 em território norte-americano, revelando um sistema financeiro frágil e cheio de empréstimos de alto risco, os chamados *subprimes*.

Como relata Rugitsky (2020), a crise só seria claramente demarcada com a falência do banco de investimentos Lehman Brothers, em setembro de 2008. Como consequência da crise em questão, o crescimento global ruiu, uma vez que a grande demanda do mercado norte americano reduziu-se, prejudicando a economia dos grandes exportadores de produtos manufaturados, como a China, que, por sua vez, importavam commodities de países com uma

pauta exportadora primária, como o Brasil e a Rússia. Os mercados financeiros também seriam prejudicados, entrando em uma espiral de queda, e a economia mundial acabaria por adentrar em uma recessão ao longo de 2009.

Ainda segundo Rugitsky (2020), os governos dos mais diversos países colocaram em práticas algumas políticas econômicas contracíclicas de curto prazo, em um esforço coordenado, com o objetivo principal de salvaguardar o sistema financeiro, tal qual já mencionado a partir de Davies (2014). Contudo, isto não foi suficiente, pois os efeitos negativos da crise foram sentidos por anos, chegando até os dias de hoje, e tentativas de voltar ao passado pré-crise simplesmente não encontravam um respaldo na realidade. Afinal, nota Rugitsky (2020), a classe trabalhadora experimentou uma grande redução de renda e riqueza, a partir do desemprego e da queda dos preços imobiliários, tornando impossível voltar para o cenário anterior pautado em alta alavancagem, mesmo com a redução nas taxas de juros e a criação de dinheiro via inserção em mercados de créditos, no dito processo de *quantitative easing*.

De uma perspectiva política, ao longo de 2010 a 2013, vários países testemunharam protestos de sua população, estimuladas pelo contexto recessivo que a crise financeira de 2008 impôs. Como exemplos, cita-se a Primavera Árabe, que varreu os países do mundo árabe, como Egito, Tunísia e Líbia, uma onda de protestos no Mediterrâneo, atingindo Espanha e Grécia, além do movimento *Occupy Wall Street*, ao redor dos EUA. De uma forma geral, a década de 2010, portanto, revelou-se bastante conturbada em termos econômicos e políticos, demonstrando, na prática, o que significa o reinado de uma racionalidade neoliberal.

E é neste cenário, para Rugitsky (2020), que o movimento político de extrema direita se disseminou, de maneira bem sucedida, pelo planeta, sendo o principal marco disto a chocante vitória de Donald Trump nas eleições norte-americanas de 2016. Ainda em Rugitsky (2020), o cenário econômico e político mundial seria ainda mais desestabilizado pela emergência da pandemia de COVID-19 em 2020, iniciada em um momento no qual o planeta não tinha se recuperado totalmente da grande crise anterior.

Por conseguinte, uma descrição da extrema direita contemporânea e sua associação com o neoliberalismo serão detalhados no próximo capítulo. Com relação à pandemia de COVID-19, esta será situada no contexto nacional, no último capítulo, dedicado ao Brasil.

Finalmente, antes de encerrar o primeiro capítulo desta monografia, é preciso reiterar o que pode ser sua principal conclusão: para o neoliberalismo, o Estado é essencial, existindo

uma complexa interação entre a ação pública e a ordem econômica, na qual o primeiro deve reforçar juridicamente a existência do segundo, assegurando a estabilidade de preços e a concorrência, princípios tidos como essenciais para o bom desempenho da ordem de mercado. Ao mesmo tempo, é vedada qualquer tipo de intervenção nos resultados desta economia juridicamente bem calibrada, com algumas convenientes exceções ocorrendo, tal qual é o caso da crise financeira de 2008 e a atuação realizada para salvar o sistema econômico mantendo suas características essenciais.

2. A EXTREMA DIREITA CONTEMPORÂNEA

2.1 Características da extrema direita contemporânea

A proliferação de movimentos de extrema direita ao redor do mundo gerou notáveis mudanças nos contextos políticos de vários países, alterando-os drasticamente. Em consonância com os objetivos delineados para a presente monografia, depois de discernido, no capítulo anterior, o conceito de neoliberalismo e sua trajetória teórica e intelectual, é chegado o instante de expor minuciosamente a natureza e propósitos destes novos atores sociais, que conseguiram se elevar dos confins do baixo escalão do cenário político para se tornarem agentes de destaque em um curto espaço de tempo – notadamente, a segunda década do século XXI – no plano internacional. Afinal, tendo o objetivo de melhor apreender o fenômeno da ressurgência da extrema direita contemporânea, se faz preciso procurar aquilo que lhe dá certa homogeneidade, quando se depara com os diversos movimentos de tal parte do espectro político.

Dentre os vários representantes da extrema direita, podem ser colocados o ex-presidente norte-americano Donald Trump, o presidente filipino Rodrigo Duterte e o atual mandatário brasileiro Jair Bolsonaro, além do primeiro-ministro Viktor Orbán, da parlamentar francesa Marine Le Pen e do parlamentar italiano Matteo Salvini. Como nota Fausto (2020), a lista de arautos da extrema direita só tem aumentado pelo mundo, com o rumo dos acontecimentos em suas respectivas nações tomando forma de maneira muito rápida, tornando mais difícil a compreensão total do processo de tomada do poder pela extrema direita. Até a nomenclatura de tal movimento, na realidade, é objeto de dúvidas, algo realçado por Brown (2019), não se sabendo exatamente qual termo mais apropriado a ser utilizado, por mais que o uso de "extrema direita" tenha se disseminado de forma razoável.

Na visão de Fausto (2020), um aspecto essencial da extrema direita seria o populismo, aqui definido como uma comunicação direta com a população, sem o intermédio de instituições tal qual o legislativo, o judiciário e a mídia. Especificamente para os populistas de extrema direita, estes políticos, nessa comunicação direta, fariam uso de uma linguagem chula, mobilizando termos de baixo calão e piadas de cunho sexual, se expressando de uma forma grosseira e agressiva, continuando a fazer uso do linguajar em questão até mesmo quando saem de uma situação de oposição para integrar os governos de seus países. Acabam, assim, por quebrar com a liturgia dos cargos políticos que passam a ocupar, tratando estes

com escárnio e deixando de lado o respeito que supostamente deveriam demandar. Outro importante elemento do populismo de extrema direita, como coloca Fausto (2020), seria o compromisso com um discurso pautado por completas inverdades e manipulação grotesca dos fatos. A ruptura total com a verdade seria, portanto, um outro traço particular da extrema direita contemporânea.

A presença de nacionalismo, calcado na valorização de uma suposta tradição histórica nacional, ameaçada pela globalização, é também traço desses movimentos. Assim, aliado ao discurso populista e nacionalista, reside o conservadorismo, isto é, o anseio por costumes do passado que atualmente estão sendo postos em xeque. Costumes estes, por sua vez, muito atrelados a dogmas religiosos, identificados com o cristianismo, seja ele católico ou protestante. Como bandeiras do discurso conservador, pode-se destacar a proibição do aborto e do casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Com relação à economia, a extrema direita detém uma política econômica pouco coesa e de não tão fácil compreensão. Mas, de forma geral, como aponta Fausto (2020), podem-se observar traços de uma política econômica identificada com o neoliberalismo, com a presença de privatizações, corte de gastos e de impostos. Por outro lado, visualiza-se também uma defesa de protecionismo econômico, além da presença do chamado capitalismo de compadres (ou *crony capitalism*), isto é, a formação de um grupo capitalista oligárquico munido de laços com o poder público, com a liderança de extrema direita direcionando as políticas econômicas governamentais com base na proximidade com grupos empresariais que façam parte de seu círculo político, empresarial e até mesmo familiar.

Focando especificamente na política de protecionismo econômico, esta parece clara em diversos momentos quando se atenta para o discurso nacionalista e anti-globalização empregado pela extrema direita ao redor do mundo, dando-o vigor uma vez que coloca como prioridade a economia nacional ao invés da internacional globalizada. Como grande defensor do protecionismo, estavam os EUA quando administrados pelo governo Trump (2017-2021), como informam Pühringer e Ötsch (2018). Se, por um lado, em um cenário interno, o então presidente norte-americano promoveu desregulações nos sistemas bancários e financeiros e corte de imposto para as corporações e para os mais ricos, por outro, em um contexto internacional, Trump não adotou a mesma política liberalizante. Sua escolha pelo protecionismo tornou-se clara na taxação, em 2018, de uma série de bens chineses,

prontamente revidada pela China, que fez o mesmo com produtos norte-americanos, gerando uma importante disputa comercial³ que teve repercussões para o resto da economia mundial.

Prosseguindo no estudo da natureza dos movimentos de extrema direita, mobilizando Fausto (2020), o incentivo a atos ilegítimos de violência precisa ser destacado. Afinal, observa-se um estímulo por parte de líderes desse lado do espectro político em prol de violência a supostos inimigos a serem combatidos, estímulo este que não é (ainda, pelo menos) amparado pela lei. No governo de Duterte, ainda segundo Fausto (2020), aqueles são os traficantes de drogas, com o mandatário filipino sendo favorável ao assassinato sistemático de tais indivíduos. No governo Bolsonaro, o presidente e seus aliados ideológicos já expressaram apoio à violência contra a oposição, especialmente, a oposição de esquerda, além de terem, como plano de segurança pública, o armamento da população, respondendo os alarmantes índices brasileiros de violência com mais violência, tal qual nota Fausto (2020).

No que tange ao governo Trump e a campanha eleitoral que o elegeu, na visão de Pühringer e Ötsch (2018), um dos principais inimigos a serem combatidos seria uma "elite" corrupta, decrépita e traiçoeira, opressora do "povo", tido como bom, merecedor e honesto. No contexto em questão, o "povo" só teria em seu líder, no caso norte-americano, Donald Trump, alguém para recorrer para conseguir eliminar os inimigos que o estão ameaçando. Para além da esquerda e da elite, outro alvo habitual dos movimentos e governos de extrema direita são os imigrantes, em específico, os imigrantes não brancos, com o discurso preconceituoso com relação à raça indo de acordo ao extremo conservadorismo social laureado pelos grupos políticos em foco, como observam Davidson e Saull (2016).

Por conseguinte, entrelaçado a este discurso nacionalista, populista, conservador e violento, encontra-se uma palpável tendência autoritária e, subsequentemente, antidemocrática, algo ressaltado por Fausto (2020). Um último importante fato a ser destacado acerca da extrema direita, antes de prosseguir em direção a próxima seção, é que sua ascensão se deu em um período no qual predomina-se o neoliberalismo, a racionalidade na qual opera o capitalismo atual. Assim, uma vez estabelecidos os aspectos gerais da extrema direita, espera-se, ao longo do resto do presente capítulo, demonstrar propriamente a conexão dos fenômenos estudados (isto é, o ressurgimento da extrema direita e o já detalhado e caracterizado neoliberalismo) no plano teórico, para que seja possível, no capítulo final, aplicar o que aqui for concluído a uma situação mais específica, a brasileira.

³ ver Gomes e Laporta (2018).

2.2 A relação entre o neoliberalismo e a extrema direita contemporânea

Para dar início a uma descrição mais aprofundada da conexão direta entre os dois alvos de análise pela presente monografia, o neoliberalismo e a extrema direita, é preciso realçar que essa área de estudo é relativamente recente, porém em expansão, com relevantes artigos e obras sendo publicados a respeito do tema. A partir destas, tentar-se-á, ao longo da seção, decifrar a associação existente entre tais fenômenos, pautando primeiramente pontos em comum que ambos compartilham.

De acordo com Dardot e Laval (2019), destaca-se o caráter autoritário como uma afinidade preliminar presente na relação estudada. Afinal, como visto no capítulo anterior, o neoliberalismo parece ter sempre carregado um caráter antidemocrático em seu conflito contra aqueles que resistam à expansão da racionalidade baseada na concorrência, entendendo tais opositores como sendo participantes de uma estrutura arcaica, voltada ao passado e que, subsequentemente, merece ser remodelada. Tal remodelação, por sua vez, teria como um de seus pilares a gestão autônoma dos rumos da política econômica, materializada na figura do tecnocrata, ao invés das decisões feitas pelas massas, havendo o repúdio a um princípio vital da democracia, a participação popular, sem o qual ela não existe. Uma vez evidenciada a faceta autoritária e antidemocrática do neoliberalismo, Dardot e Laval (2019) notam que ela vem se intensificando, culminando em uma metamorfose no neoliberalismo, marcada pelo começo do chamado “novo neoliberalismo”.

Desse modo, obviamente entrelaçada ao novo neoliberalismo, se encontra a extrema direita, munida de um claro viés antidemocrático, como visto na outra seção deste capítulo, e que seria, em sua essência, uma maneira de aprofundamento da lógica neoliberal e da ordem da concorrência que esta pressupõe. Na visão de Dardot e Laval (2019), tal movimento político aparece como forma de se aproveitar da insatisfação popular gerada pelo modelo perpetuador de crises do neoliberalismo, realçado no capítulo anterior, mobilizando, com este intuito, uma retórica nacionalista, calcado em ataques aos inimigos da nação, sejam eles as “elites”, os grandes órgãos internacionais ou a imigração. No campo da política pública, os grupos de extrema direita procuram fortalecer e ampliar o domínio do capital sobre a sociedade, sendo defensores de uma agenda a favor dos negócios e da liberalização dos mercados (em particular, do financeiro). Vê-se, portanto, como o novo neoliberalismo, esta fase mais recente do percurso histórico neoliberal, não necessita do verniz de uma imagem

liberal ou democrática que a etapa anterior possuía (atada às ideias de progresso e liberdades civis e individuais), sendo conjugada ao lado das políticas nacionalistas e conservadoras da extrema direita, incluindo o fechamento de fronteiras, o desdém aos direitos humanos e o culto à soberania nacional.

Adentrando mais a fundo no componente autoritário que o neoliberalismo compartilha com a extrema direita, ele fica ainda mais claro quando se analisam os argumentos e obras de Hayek, discutido no capítulo anterior. Resumidamente, para ele, como reforça Kiely (2017), o coletivismo é incompatível ao governo das leis atrelado à ordem espontânea de mercado, já que é um tipo de ordem pautado pela telecracia, tida como particularista, discricionária e, sobretudo, coercitiva. A lei, na visão de Hayek, teria, logo, o objetivo de proteger a liberdade individual de tal coerção alheia, com um regime de liberdade somente sendo aquele no qual a esfera de atuação do indivíduo incluiria toda ação que não é proibida por essa lei geral. Em um campo econômico, estariam proibidas, então, intervenções que distorcem o mercado, pois seriam responsáveis por restringir a liberdade, ocorrendo a negação, portanto, da noção de justiça social. Assim, ainda segundo Kiely (2017), em nome da liberdade, deixa-se de lado a soberania popular, esvaziando a democracia. Contudo, este processo não é de uma clara ruptura, de um clássico golpe de estado, mas sim de uma democracia que vai se apagando aos poucos, em um processo de desdemocratização.

Dando prosseguimento à análise das afinidades entre neoliberalismo e extrema direita, um segundo ponto em comum seria a identificação com um discurso conservador. Para Brown (2019), ao estudar a já destacada teoria hayekiana, observa-se que o mercado, nessa abordagem, enquanto fonte de liberdade, ordem e avanço civilizatório, organizado de maneira espontânea, é reforçado aos indivíduos por meio de uma tradição moral, também desenvolvida de forma espontânea. Assim como o mercado, a moral, em função de sua referida importância, não deveria ser restringida pelo Estado, provendo à tradição e aos costumes um grande poder e legitimidade. Para além de um projeto político de colocar como foco dos governos, tanto na lei quanto nos instrumentos macroeconômicos, a disseminação da competição, o neoliberalismo é também um projeto moral, interessado na manutenção das hierarquias tradicionais, diminuindo o poder de alcance das democracias em intervir não só na economia e nas classes sociais mas nos costumes morais que permeiam estes.

Tal qual o neoliberalismo, a extrema direita, como concluído na primeira seção deste capítulo, também se encontra atrelada a um discurso conservador e moral, associado à

continuação de tradicionais formas hierárquicas. Portanto, além de compartilharem um ideal antidemocrático, vê-se uma afinidade ao redor de uma pauta conservadora, algo evidenciado a partir de Brown (2019). Ademais, chegou o momento de se analisar as outras características do movimento político de extrema direita, dentre as quais destaca-se o populismo e o nacionalismo, tal qual formulado na seção anterior, e verificar sua relação com o neoliberalismo. Pautando especificamente estes dois aspectos, vê-se uma associação de maior contradição.

Conforme nota Brown (2019), os pensadores neoliberais originais, dos quais destacam-se Hayek e Friedman, muito debatidos ao longo da presente monografia, não imaginavam o atual quadro político e econômico, e, se pudessem visualizá-lo, rechaçar-no-iam, uma vez que tinham repulsa ao envolvimento político das massas que pressupõe o populismo, esta ligação direta da população para com um líder. Mobilizando Fausto (2020), o aspecto nacionalista da retórica de extrema direita também seria avesso ao neoliberalismo. Afinal, este sempre defendeu uma liberdade de movimento de capitais e de produtos e serviços, entrando em choque com a política econômica de um *crony capitalism* e de protecionismo adotados por governos da extrema direita, tal qual do ex-presidente Trump, como referenciado previamente. Desse modo, o tratamento da economia como um instrumento político sujeito aos humores dos líderes da extrema direita não está em consonância com o neoliberalismo originalmente estruturado pelos seus primeiros pensadores, que almejavam um mercado liberalizado e independente de ambições políticas, responsável por educar e disciplinar moralmente a população, nunca para ser manipulado para satisfazer determinados fatores exógenos, como afirma Brown (2019).

Assim, Fausto (2020), a partir destas contrariedades expostas, discorda que a atual ascensão de movimentos de extrema-direita constitua uma nova forma de neoliberalismo, hipótese claramente defendida por Dardot e Laval (2019). Em sua visão, o movimento contemporâneo de extrema direita nasce do colapso do neoliberalismo e se apresenta como um movimento iliberal, de evidente conotação antidemocrática. O iliberalismo, por sua vez, teria certa relação com o neoliberalismo, isto é, identificação com algumas de suas políticas, além de ter certamente ganhado espaço com a ruína econômica e social que a política e a racionalidade daquele deixou. Contudo, a origem do iliberalismo estaria entranhada com a crise de identidade que passaram e passam europeus e norte-americanos, tornando estes

suscetíveis aos apelos de um discurso nacionalista e populista, de tônica conservadora moral-religiosa, além de violento e, sobretudo, autoritário.

Tal discurso, de extrema direita, a grande representante desta suposta atual tendência iliberal, está interligado ao protecionismo econômico e ao *crony capitalism* e é capaz de galvanizar as massas e reivindicar seu apoio, sendo, em teoria, ainda segundo Fausto (2020), muito diferente do que propõe o neoliberalismo em sua forma original. A extrema direita (e o iliberalismo que a ela está associado) representaria, na verdade, uma revolução conservadora, combatendo a herança da Revolução Francesa com o intuito de materializar instituições do passado, mas sem querer retornar a este. É, como coloca Fausto (2020), "uma outra revolução diante da revolução, uma contrarrevolução que se pretende revolucionária".

Brown (2019), por sua vez, em consonância com Dardot e Laval (2019)⁴, argumenta que a racionalidade neoliberal é a grande responsável pela ascensão da extrema direita. Seguindo seu raciocínio, tal modo de pensar a realidade se alastrou pela lei, pela política e na formação dos sujeitos no seio do neoliberalismo desde os anos 1980, minando as bases para a construção de equidade socioeconômica e de democracia. Parte da população, pressionada pelos prejuízos econômicos das últimas décadas, a perda de esperança no futuro, nas lideranças políticas estabelecidas e, por último, na democracia, passa a ver na extrema direita uma possível solução para as mazelas a serem enfrentadas.

Ainda em Brown (2019), a hipótese a ser desenvolvida não é que o neoliberalismo criou propriamente a extrema direita, mas sim que engendrou as condições, o cenário para que tal movimento político fosse fomentado, independentemente do que os pensadores originais do neoliberalismo tivessem como intenção ao criar seu arcabouço teórico, não havendo uma ruptura com a racionalidade em questão a partir da ascensão da extrema direita. Isto é, na visão de Brown (2019), por mais que, a primeira vista, pensa-se que ocorreu uma clara ruptura, uma vez que ao invés de um mercado globalmente liberalizado e livre dos interesses políticos, observa-se um mercado à mercê dos interesses de regimes nacionalistas com tendências autoritárias e de massas mobilizadas por estes, a consubstancialização da racionalidade neoliberal acabou, na verdade, por formular o momento histórico propício para o nascimento da extrema direita contemporânea.

⁴ embora existam algumas discordâncias entre estes autores, ambos concordam que o neoliberalismo gerou as condições necessárias para que a extrema direita se desenvolvesse, por isso são mobilizados conjuntamente e em oposição a Fausto (2020).

Afinal, a extrema direita se beneficiou da repulsa neoliberal a qualquer tipo de administração pública prévia e planejada, principalmente se guiada por concepções de justiça econômica e social. Regozijou-se com a demonização feita do social e da vida democrática política por parte de neoliberais. E, por último, fez uso de uma retórica identificada com o neoliberalismo, da liberdade, para dar credibilidade aos seus arroubos violentos e nacionalistas, à volta de costumes do passado, em especial, religiosos, à exclusão de minorias e para reafirmar o poder do capital. Assim, por mais que os primeiros intelectuais neoliberais pudessem ficar aterrorizados ao se depararem com o populismo e nacionalismo vigentes, foram as ideias originalmente criadas por eles que geraram os resultados concretos passíveis de serem analisados atualmente. Logo, sob a perspectiva da presente monografia, concorda-se com Brown (2019), e, subsequentemente, com Dardot e Laval (2019), a despeito da visão de Fausto (2020), aceitando-se que a racionalidade do neoliberalismo e seus princípios postos em prática operam conjuntamente com a extrema direita, podendo-se observar claros traços de continuidade e causalidade.

Aprofundando o estudo acerca da causalidade que os fenômenos em questão desfrutam mesmo com a presença de algumas contraditoriedades, Davidson e Saull (2016) detêm uma opinião semelhante à de Brown (2019), entendendo o redesenho, promovido pelo neoliberalismo, da política e do espaço social coletivo, como criador de oportunidades históricas únicas para o ressurgimento da extrema direita. Para Davidson e Saull (2016), esta deteria dois papéis, naturalmente contraditórios: o de articuladora da insatisfação popular contra as instabilidades do neoliberalismo e de seu modelo de instigador de crises, e de prover, por outro lado, o verniz popular para as mudanças propagandeadas pelo neoliberalismo, em particular o desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social que se criou no mundo capitalista desenvolvido após a Segunda Guerra Mundial.

Na visão de Davidson e Saull (2016), a partir do espraiamento do neoliberalismo, vitorioso tanto na direita quanto na esquerda, a classe trabalhadora foi fragmentada e desorganizada, fortalecendo o assalto aos sistemas de proteção social vigentes e, subsequentemente, culminando em um trabalhador isolado, que tem como únicas vias de coletividade seu clã familiar e sua imagem nação. Neste contexto, por sua vez, a figura do invasor – atrelado tanto à imigração ilegal quanto legal – tem grande importância, pois a imigração é essencial para por pressão competitiva sobre os salários dos trabalhadores, tornando-se uma presa fácil à retórica da extrema direita, que se utiliza da figura do invasor

como canal para os efeitos socioeconômicos do neoliberalismo – em particular, o desemprego e a desigualdade. Em um contexto interno, mobilizando Davidson e Saull (2016), a semelhança entre partidos políticos de centro-direita e de centro-esquerda, a partir da já citada difusão do neoliberalismo em ambos os lados do espectro político, permitiu que a extrema direita se colocasse como algo novo e diferente, atraindo a atenção do eleitor. Ela aparece, portanto, como uma oposição que toma forma dentro do universo neoliberal, oferecendo um meio para seus seguidores expressarem sua insatisfação dentro de tal arcabouço.

Finalmente, após esta última qualificação a respeito da associação entre extrema direita e neoliberalismo, pode-se perceber a complexa relação existente entre ambos, no sentido de apresentarem, na superfície, características conflitantes – no que diz respeito ao populismo e nacionalismo –, ao mesmo tempo que, após uma leitura mais aprofundada, vê-se que compartilham de um caráter autoritário e conservador, provendo vigor e estrutura um ao outro. O resultado é uma clara escalada de autoritarismo, culminando em sérias ameaças às estruturas políticas e democráticas em diversas sociedades capitalistas ocidentais.

3. O CASO BRASILEIRO

3.1 Uma breve descrição da estrutura econômica brasileira

Um país que apresenta enorme desigualdade socioeconômica, o Brasil também foi retratado no *World Inequality Report 2018*, que traz alguns dados essenciais para traçar o quadro de desigualdade e concentração de renda que tomam forma na nação em questão. Neles, se confirma o status do Brasil como uma das regiões mais desiguais do planeta – ao lado do Oriente Médio e da África Subsaariana – com a concentração de renda se mantendo estável a altos níveis, com os 10% mais ricos sendo responsáveis por uma fatia de 55% da renda total desde o ano de 1990, mesmo havendo um decréscimo na desigualdade de salários (fruto do aumento do salário mínimo e das transferências de renda feitas aos mais pobres) nos últimos 20 anos.

Neste momento da monografia, é preciso compreender a situação brasileira e o caminho particular que tanto o neoliberalismo quanto o movimento de extrema direita tomaram no país. Afinal, o Brasil passou e está passando por um outro tipo de experiência neoliberal e de ascensão da extrema direita contemporânea, em razão de ser um país subdesenvolvido, provido de uma história econômica, social e política diferente da encontrada no mundo capitalista desenvolvido. Segundo Bastos, Mello e Rossi (2020), o subdesenvolvimento, a partir de uma visão furtadiana, não seria uma simples etapa temporária a ser superada para se atingir o desenvolvimento tal ele ocorre nos países centrais.

Seria, na verdade, uma estrutura própria dos países periféricos que se reproduz ao longo do tempo, associada a um mercado de consumo atrofiado e a um mercado de trabalho no qual reina a informalidade e o subemprego. Em tais países, existe ainda um quadro de dependência tecnológica, com o setor produtivo pouco sofisticado e marcado pela pequena diversificação, gerando uma série de gargalos estruturais. É este tipo de estrutura, periférica e subdesenvolvida, que será submetida à disseminação mundial do neoliberalismo em fins do século XX, gerando resultados específicos quando comparados aos dos encontrados no mundo desenvolvido.

Por conseguinte, realizando uma rápida passagem pela história econômica geral do país, a partir de Saad-Filho (2020), aquela pode ser dividida em três fases, cada uma com um sistema de acumulação distinto. Na primeira destas três etapas, da independência do país, em 1822, a 1930, vigorava um sistema econômico pautado pela exportação primária e amparado

por um Estado oligárquico. Na segunda, por sua vez, a economia era guiada por um processo de substituição de importação levado a cabo por um Estado desenvolvimentista, durando de 1930 a 1980. E, por último, a atual etapa, calcada em uma ordem neoliberal associada a uma democracia liberal, tendo sido iniciada em meio aos anos 1990 após um intervalo de transição, a ser agora examinado.

3.2 Ascensão do neoliberalismo em contexto nacional

Focando especificamente na origem do neoliberalismo no Brasil, esta pode ser traçada antes dos anos 1990, na década anterior, isto é, os anos 1980, com a crise da estratégia nacional desenvolvimentista e o esgotamento do processo de substituição de importação. Para Carneiro (2002), no contexto de escassez de liquidez externa que simbolizou a década, o Brasil é fortemente impactado pela crise da dívida externa. Em virtude do processo de estatização da dívida externa, a crise se converte em uma crise do setor público, principal agente da economia brasileira, responsável por levar em frente a estratégia nacional desenvolvimentista que vigorou no país desde os anos 1930. Segundo Carneiro (2002), à mercê de uma política de ajuste recessivo imposta por seus credores e o FMI, o Brasil passa a exibir um pífio ritmo de crescimento, além de estagnação do produto *per capita* e queda do investimento. Era um cenário de crise, ideal para que uma outra maneira de conduzir a sociedade e a economia se consolidasse no país.

Com o fim da "década perdida" e a chegada dos anos 1990, houve mudanças no contexto internacional em que o Brasil estava inserido. No cenário mundial, como descreve Filgueiras (2000), torna a vigorar uma situação de excesso de liquidez, com a moeda norte-americana agora se desvalorizando sucessivamente com relação a outras. Para poder ser foco destes recursos externos, o Brasil deveria seguir as recomendações do chamado Consenso de Washington, rapidamente debatido no primeiro capítulo desta monografia. Segundo a abordagem econômica por aquele estipulada, de ampla tônica neoliberal, os países, de um modo geral, teriam que: i) enfrentar a alta inflação; ii) apoiar uma abertura comercial e financeira, sendo a favor de desregular mercados e de liberalizá-los de forma unilateral e rápida; iii) dolarizar, de maneira direta ou indireta, a economia, valorizando as moedas nacionais e afugentando incerteza do ambiente econômico; iv) e defender uma rígida disciplina orçamentária, com privatizações e cortes na seguridade social sendo requisitados.

Em meio a este contexto mundial liberalizante, em consonância com o espraiamento do neoliberalismo que ocorria, é constituído o Plano Real, iniciado em 1994 com o intuito de prover o país de uma estabilidade, tendo o plano em questão adotado várias das diretrizes propostas pelo Consenso de Washington e se beneficiado das novas condições de financiamento internacionais. Na visão de Belluzzo e Almeida (2002), o principal fator para o sucesso do Plano Real não seria uma dita âncora fiscal, mas sim uma âncora cambial (isto é, a fixação do câmbio, pareado com o dólar, em uma proporção de um para um), somente possibilitada pelo novo contexto internacional descrito anteriormente, no qual o país, somente entre 1991 e 1993, conseguiu triplicar o tamanho de suas reservas cambiais.

Mobilizando Franco (1999), com o advento do Plano Real, um dos principais expoentes das reformas liberalizantes dos anos 1990, passa a se concretizar uma nova estratégia econômica no Brasil, diferente da nacional desenvolvimentista que uma vez existiu e seguindo os preceitos da racionalidade neoliberal. Neste novo modelo, o Estado não teria mais o posto de agente responsável por dar dinamismo à economia. Haveria, em consonância com o que foi determinado pelo Consenso de Washington, um enfrentamento à inflação e ao problema econômico por ela representado (além de corroer o valor da moeda, gera desigualdade social), fazendo-se necessário o ajuste fiscal, utilizando-se para tal fim as ditas privatizações. Retiraria-se, assim, do Estado, a função de investir em importantes setores econômicos, como o de infraestrutura, passando-a ao setor privado. Além de ser tido como o único agente capaz financeiramente de realizar tais tipos de gasto, o setor privado era atrelado a uma administração mais produtiva e eficiente das empresas sob seu domínio, mais aptas, dessa maneira, a enfrentar a competição internacional, com as privatizações possibilitando tornar a indústria brasileira, como um todo, menos vulnerável externamente, conseguindo, em tese, aniquilar outra consequência negativa provinda do nacional desenvolvimentismo.

A realidade, no entanto, seria muito diferente, como traz Saad-Filho (2020). Após décadas de dominância neoliberal, vigente até hoje, a economia brasileira apresenta atualmente perdas de competitividade, desindustrialização, queda nas taxas de poupança, de investimento e de crescimento do produto, além de importantes restrições na balança de pagamentos. Ainda em Saad-Filho (2020), o neoliberalismo em território nacional só atingiria uma fase mais madura com a constituição do tripé macroeconômico no final dos anos 1990, após uma década de reformas liberalizantes, das quais se destaca principalmente o já mencionado Plano Real. Caracterizado pela presença de metas fiscais conservadoras, metas de

inflação e câmbio flutuante aliado a fluxos de capitais liberalizados, a política macroeconômica do tripé só viria a tomar forma após a crise cambial de 1999, que abalou politicamente o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), abrindo espaço para a vitória da oposição liderada por Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), do Partido dos Trabalhadores (PT), nas eleições presidenciais de 2002, dando início ao período do PT no poder do governo federal brasileiro.

3.3 Neoliberalismo e governos do Partido dos Trabalhadores

Uma vez instaurado, o primeiro governo Lula (2003-2006), segundo Saad-Filho (2020), se comprometeu com o neoliberalismo, com o intuito de garantir uma estabilidade política, por mais que tentasse atenuá-lo por meio da presença de sindicalistas e políticos de esquerda em cargos do governo. Houve, como reforça Lopreato (2013), uma opção pela continuidade com a política macroeconômica do tripé. No início do governo Lula, o país era permeado por uma série de incertezas, com a economia enfrentando instabilidades no câmbio, inflação alta, baixo crescimento, alto desemprego e piora no estado das contas públicas, além de uma aflição razoavelmente generalizada no meio político de que o novo governo, que se identificava com a esquerda, rompesse com o modelo macroeconômico vigente desde a crise cambial de 1999. Para a surpresa de muitos, a escolha feita foi pelo aprofundamento do tripé macroeconômico e por uma política fiscal e monetária conservadora, com o então ministro da Fazenda, Antonio Palocci, procurando continuar com as diretrizes ortodoxas de política macroeconômica defendidas pelo governo FHC. Em consonância com a postura adotada pelo governo, o diagnóstico oficial era de que a alta inflação seria fruto da deterioração fiscal da gestão anterior, cuja causa, por sua vez, seria o descontrole das contas públicas e redução do superávit primário, fomentando desconfiança na habilidade do governo em pagar sua dívida, o que acabaria por afugentar investimentos e o crescimento econômico.

Desse modo, para incentivar o investimento privados seria preciso programas de ajuste fiscal de longo prazo e da materialização de superávits primários para controlar a dívida pública, tornando-a “sustentável”. Para tal, foram pensadas reformas estruturais (tal qual a tributária e a previdenciária), além de microeconômicas, responsáveis por “aprimorar” a eficiência da política pública e do funcionamento do mercado. Pode-se perceber, portanto, que o crescimento, a partir do diagnóstico aqui colocado, não seria fruto do estímulo à demanda agregada, mas obtido através da criação de um ambiente que valorizasse o capital privado,

com um Estado, ao exibir uma política fiscal contracionista, podendo gozar de credibilidade e reputação perante os agentes privados.

No entanto, a partir da saída de Palocci, em 2006, do Ministério da Fazenda, houve uma guinada na gestão da política econômica. Segundo Lopreato (2013), passa a haver um questionamento da capacidade do mercado, sem a coordenação e dispêndio do Estado, de conduzir o país ao crescimento econômico. Desse modo, o gasto público expansionista passa a não ser visto como necessariamente negativo e é entendido como capaz de alavancar a economia, operando de forma conjunta com o capital privado de modo a criar um cenário econômico de menor risco e de maior competitividade das firmas nacionais, não tendo a ambição de ocupar o espaço deixado pelo capital privado.

Portanto, com essa mudança na política econômica, o governo passa a pautar projetos de infraestrutura, como os incentivados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (2007), e aumentar o escopo de políticas sociais calcadas em transferência de renda, tal qual o Bolsa Família. Neste contexto, também torna-se essencial a elevação do salário mínimo e gastos com a Seguridade Social, além de investimento nas empresas estatais, expansão de crédito via bancos públicos, como o BNDES, e concretização de uma ação sistêmica de promoção industrial, ilustrada na figura do Programa de Desenvolvimento Produtivo (2008).

Na opinião de Saad-Filho (2020), uma ruptura com o neoliberalismo não é o que se deve apreender das alterações no exercício da política econômica, fundadas em um certo desenvolvimentismo, cujo aumento de influência dentro do governo é simbolizado pela ascensão de Guido Mantega ao Ministério da Fazenda, sucedendo Palocci. Para Saad-Filho (2020), tais desenvolvimentistas procuraram agir dentro de um arcabouço moldado pelo neoliberalismo, tentando elevar o crescimento econômico fazendo uso de ativas políticas monetária, fiscal, creditícia e industrial, mas sem romper com a institucionalidade posta, institucionalidade esta identificada com o neoliberalismo. Em termos práticos, observa-se, como aponta Lopreato (2013), ao longo de 2006 e nos anos do segundo governo Lula (2007-2010), a manutenção das privatizações realizadas ao longo dos anos 1990, das leis criminalizadoras da política fiscal (em especial, a Lei de Responsabilidade Fiscal, de 2000) e, principalmente, do tripé macroeconômico.

A aliança entre neoliberalismo e essa vertente desenvolvimentista, por conseguinte, acabou gerando importantes resultados. Para além de um vigoroso crescimento econômico, como mostra Saad-Filho (2020), pode ser observado, no campo do trabalho, a criação de 21

milhões de empregos nos anos 2000, quase o dobro dos 11 milhões vistos na década anterior, com 80% de tais empregos sendo formais. Como consequência, o desemprego caiu ao longo dos anos 2000, com o índice de Gini também sendo submetido a uma significativa redução, indo de 0,57 em 1995 para 0,52 em 2008. Na visão de Mello e Rossi (2018), o governo petista da época foi capaz de criar um mercado de consumo de massa, tornando mais sofisticada e robusta a estrutura da demanda brasileira, abrindo caminho, desse modo, para aumentos no nível de investimento e a um elevado crescimento econômico, possibilitado também pelo cenário externo favorável, de valorização cambial, de *boom* dos preços das *commodities* e subsequente melhora nos termos de troca, mas não só por ele, com a estratégia governamental adotada sendo fundamental.

Com a vinda da crise financeira de 2008, analisada no primeiro capítulo da presente monografia, continuou-se com a aposta em uma agenda desenvolvimentista em meio à racionalidade neoliberal. Afinal, a partir da chegada da dita crise e a piora subsequente no cenário econômico mundial, explica Lopreato (2013), o Estado procurou sustentar a demanda via gasto público, com o intuito de evitar que a crise se aprofundasse no país. A rapidez da resposta estatal na implementação de ações anticíclicas também foi destacada por Baltar (2014), detalhando como o governo agiu para dar vigor à atividade econômica em meio a uma crise no sistema financeiro internacional, assegurando que a demanda por crédito fosse atendida ao fazer uso dos bancos públicos, compensando o decréscimo no nível de empréstimo concedido pelos bancos privados, e das reservas internacionais acumuladas ao longo da década.

O Brasil, desse modo, conseguiu rapidamente se recuperar da crise financeira de 2008, com o crescimento do produto chegando a um patamar de 7,5%, algo não visto desde os anos 1980, coloca Saad-Filho (2020). O bom momento econômico que passava o país explicava os altos números de popularidade do governo (em torno de 90%), tornando possível a eleição de um terceiro governo petista, desta vez encabeçado por Dilma Rousseff, como destaca Goldstein (2019). Se desde 2006 o governo Lula estava alinhado com políticas de corte desenvolvimentista em um arcabouço neoliberal, o governo Dilma, empossado em 2011, continuou e aprofundou esta tendência, tal qual descreve Saad-Filho (2020). Interessado em combater a já mencionada baixa produtividade típica de uma economia subdesenvolvida, além do processo de desindustrialização que passava o país, o recém-inaugurado governo perseguiria o corte de custo de produção da indústria nas mais diversas áreas, como a

financeira (por meio de taxas de juros baixas e empréstimos subsidiados pelos bancos estatais), de energia (via desonerações, cobrando tarifas reduzidas) e de transporte (a partir da constituição de uma melhor infraestrutura).

O plano do governo Dilma, assim, era tentar impedir a completa erosão do complexo industrial do país, ambicionando realizar algo que seu predecessor foi incapaz. Para Mello e Rossi (2018), o governo Lula, como já detalhado, foi capaz de aprimorar a demanda, ao elevar a renda do trabalhador e o crédito a sua disponibilidade, aumentando sua capacidade em consumir e modernizando seu padrão de consumo, contudo não foi bem sucedido em efetuar o mesmo no lado do investimento, uma vez que uma modernização equivalente não ocorreu. Isto pode ser verificado pelos baixos níveis apresentados de investimento em formação bruta de capital (ao longo de 2005 a 2008, por exemplo, a média foi de -0,1% ao ano de investimento em bens de consumo duráveis), com a indústria brasileira tornando-se cada vez mais simples e menos complexa, condenando o país a uma pauta de exportação predominantemente primária.

Neste sentido, ainda segundo Mello e Rossi (2018), o governo Dilma colocaria seus esforços para aprimorar a parte da oferta, beneficiando os setores industriais privados nacionais via a já explicada política de desonerações e subsídios. O governo, no entanto, acabou fracassando em seus propósitos: o ritmo de crescimento econômico não se elevou e nem voltou aos patamares da era Lula e o desejado efeito industrializante não se materializou, com a indústria brasileira continuando sem a devida densidade. Na realidade, como consequência da estratégia em foco, verificaram-se pressões inflacionárias e deterioração das contas públicas, pois as as desonerações, em conjunto com o mencionado declínio da taxa de crescimento econômico, contribuíram para a queda do ritmo de elevação das receitas. O cenário internacional, marcado pelos impactos da crise financeira de 2008, também era desfavorável ao país, sendo caracterizado por piora dos termos de troca.

Atrelados aos desafios econômicos enfrentados pelo governo, também se encontravam problemas de natureza política. De acordo com Goldstein (2019), os protestos de Junho de 2013 fizeram com que pairasse incerteza sobre o contexto da política nacional. Iniciado a partir de uma demanda por redução no preço da passagem de ônibus, as manifestações em questão se espalharam pelas maiores cidades do país. Anos de crescimento econômico durante os governos petistas fizeram com que várias pessoas das classes mais baixas ascendessem economicamente no país, culminando em demandas perante o governo com a

vinda da desaceleração econômica. Já a tradicional classe média, receosa de que seus privilégios pudessem ser ameaçados pelos que estavam economicamente abaixo dela, também se juntaram às manifestações contra o governo. A realização de eventos esportivos nos anos seguintes também foi alvo das manifestações, gerando indignação, uma vez que, por mais que o Brasil se colocasse como uma força econômica a ser reconhecida no cenário internacional, ainda amargava em pobreza e desigualdade.

O cenário político tornaria-se cada vez mais instável com a chegada da Operação Lava Jato, tal qual reconta Saad-Filho (2020). A investigação, iniciada em 2014 pela Polícia Federal, possuía como foco combater denúncias de corrupção, tendo como principais alvos o PT e seus aliados partidários e empresariais. Como aponta Goldstein (2019), neste contexto, grupos de direita passam a ganhar espaço, capitalizando sobre uma agenda moralista anti-corrupção, disseminada pelo debate político nacional, fazendo com que discussões necessárias sobre maior distribuição de renda e equidade econômica fossem colocadas em segundo plano.

É, portanto, rodeada de incerteza de natureza tanto política quanto econômica que a população veria-se votando para presidente, nas eleições de 2014. Os baixos índices de crescimento econômico, a alta da inflação e a paralisia política marcavam o cenário nacional da época, criando rachaduras na narrativa de estabilidade e de mobilidade social no qual se assentaram os governos petistas, tal qual relata Goldstein (2019). A polarizada eleição presidencial de 2014 acabaria por reeleger o governo Dilma, mas não sem consolidar ainda mais o clima de instabilidade política, em função da recusa da oposição em aceitar totalmente os resultados das eleições.

Por mais que tenha reeleito o PT para uma quarta administração, as eleições de 2014 também tiveram como resultado a constituição de um Congresso predominantemente de direita, como não se observava havia décadas, como descreve Saad-Filho (2020). Assim, com o colapso de sua base parlamentar e o subsequente isolamento político que isso lhe proporcionou, o governo Dilma abandonou a abordagem desenvolvimentista, substituindo o Ministro da Fazenda desde os tempos de Lula, Guido Mantega, pelo banqueiro Joaquim Levy, adentrando cada vez mais a fundo em políticas neoliberais. Para Goldstein (2019), o objetivo de tal manobra política era de ganhar apoio das elites e do sistema financeiro, almejando conquistar credibilidade e confiança perante tais agentes, com Levy empregando um ajuste recessivo que atingiria os setores populares. As consequências das ações do governo

acabariam por se revelar um desastre, sendo uma prova disso a conjuntura de 2015-16, pautada por recessão econômica, alta da inflação e deterioração fiscal, tal qual relata Saad-Filho (2020).

Os péssimos resultados econômicos do período acabaram por afastar cada vez mais qualquer tipo de apoio ao governo incumbente. Na visão de Saad-Filho (2020), os sindicatos e trabalhadores em geral perderam fé no governo pela piora dos índices econômicos, pela mudança na política econômica em prol do espraiamento do neoliberalismo e pelos escândalos de corrupção trazidos à tona pela Lava Jato. Os impactos políticos da Lava Jato e a piora geral da economia também influenciaram a burguesia nacional a abandonar qualquer tipo de apoio ao governo petista. Desprovido de sustentação política, em meio a uma grave crise econômica, a administração em questão foi destituída do poder, em 2016, via um processo de *impeachment*, dando fim ao quarto mandato consecutivo do PT e iniciando um período de muito incerteza para o país, como opina Goldstein (2019).

Por conseguinte, após tudo o que foi detalhado durante a presente seção, pode se observar um traço de continuidade na fomentação de políticas públicas desde o final dos anos 1990, políticas públicas identificadas com o neoliberalismo, compromisso este ilustrado pela presença do tripé macroeconômico. Assim, mesmo que o segundo governo Lula (2007-2010) e o primeiro governo Dilma (2011-2014) tenham implementado políticas de teor desenvolvimentista, gerando crescimento econômico e criação de emprego, a continuidade do tripé macroeconômico e a subsequente redução do papel da política fiscal e monetária a mantenedoras de uma inflação baixa, algo que não ocorria no período do nacional desenvolvimentismo, garantiu a existência de uma economia nacional calcada em baixa produtividade, desindustrialização, empregos informais e mal pagos. Como consequência, aponta Saad-Filho (2020), o Brasil continuou sendo um país desigual e criador de pobreza, tendo os governos petistas, em sua totalidade, um caráter essencialmente neoliberal⁵.

3.4 Ascensão da extrema direita brasileira em contexto nacional

Com o fim dos governos petistas, após 13 anos no poder, o país passa a ser comandado por Michel Temer, vice-presidente nos governos Dilma. Para Goldstein (2019), a administração liderada por Temer tinha pouca credibilidade política, carecendo de uma legitimidade que só as urnas e o voto popular poderiam prover. Vários membros do governo,

⁵ ver Lavinias (2017) para mais detalhes acerca da relação entre os governos petistas e o neoliberalismo.

incluindo o próprio presidente, foram envolvidos em escândalos de corrupção, mingando qualquer tipo de apoio popular à administração em questão. De acordo com Saad-Filho (2020), a massiva impopularidade do governo não impediu sua capacidade de governar, uma vez que gozava do suporte das elites, do judiciário e de grande parte dos partidos no Congresso.

Segundo Goldstein (2019), o governo Temer demonstrou tendências autoritárias, oprimindo protestos e manifestações populares e intervindo em comitês do Movimento Sem Terra, além de recolocar as forças armadas no jogo político, ausentes desde o fim da Ditadura Militar (1964-1985). Como justificativa para suas ações e para a própria sustentação política, o então presidente Temer se colocava como fiador da estabilidade econômica, com base na agenda econômica perseguida por sua administração. Com relação à agenda em questão, ela sedimentou de vez o fim da experiência do "neoliberalismo desenvolvimentista" que, segundo Saad-Filho (2020), marcava os três últimos governos do PT. A partir das reformas e alterações propostas, o governo Temer instituiu uma nova forma de neoliberalismo, uma vertente mais agressiva e autoritária, como afirma Saad-Filho (2020). Dentre as principais reformas, destacam-se uma no campo trabalhista, encarregada de aumentar a "liberdade" no mercado de trabalho, e outra, no campo previdenciário, destinada a reformar a Seguridade Social, além de uma terceira, o chamado teto dos gastos públicos, que consistiu na imposição de um congelamento aos gastos primários públicos por um período de 20 anos, só sendo permitido o ajuste mediante a inflação. Tanto a reforma trabalhista quanto o teto de gastos seriam aprovados ao longo de 2016 e 2017, com o mesmo não acontecendo com a previdenciária⁶, em função do desgaste do governo perante à opinião popular.

Como resultado do governo Temer, destaca Saad-Filho (2020), o produto estagnou após a conjuntura recessiva de 2015-16. Conquistados ao longo dos três primeiros governos petistas, os ganhos significativos em termos de renda e emprego foram fortemente revertidos, assim como a importância das "campeãs nacionais", empresas fortemente beneficiadas pelas políticas econômicas dos governos Dilma e Lula, que foram enfraquecidas e passíveis de serem adquiridas pelo capital internacional.

Despedaçado economicamente e politicamente, o Brasil iria novamente às urnas para escolher um novo presidente, nas eleições de 2018. Com a condenação e prisão do ex-presidente Lula naquele mesmo ano a partir de investigações da Operação Lava Jato, o

⁶ ver Marchesan (2019).

então deputado federal Jair Bolsonaro se encontrava em primeiro nas pesquisas. Como informa Saad-Filho (2020), munido de uma orientação política de extrema direita, Bolsonaro pautou sua campanha em uma agenda moral conservadora, de ampla tônica religiosa, objetivando restaurar supostos costumes passados atacados por uma esquerda comunista e corrupta, além de se apropriar do discurso da segurança pública, advogando pelo armamento em massa da população. Também se colocou como um *outsider*, por mais que gozasse de uma longa carreira enquanto deputado. De maneira pragmática, Bolsonaro se beneficiou da já mencionada redução do debate público a uma oposição entre honestidade e corrupção, colocando de lado discussões de importante magnitude envolvendo desigualdade socioeconômica e distribuição de renda, tal como argumenta Goldstein (2019).

No campo da economia, ainda segundo Saad-Filho (2020), Bolsonaro defendia um projeto amplamente neoliberal, com traços autoritários. Como seu principal assessor econômico, o então candidato escolheu Paulo Guedes, doutor em economia pela Universidade de Chicago, um reconhecido reduto neoliberal, como explanado no primeiro capítulo da presente monografia. Guedes defendia uma reforma da previdência ainda mais agressiva que a de Temer⁷, tendo como intuito implantar no país o sistema de capitalização no lugar do de repartição. Também almejava privatizar todas as estatais do país, incluindo a joia da coroa, a Petrobrás, fundada em 1953 e uma das mais importantes petrolíferas do mundo, além de concretizar uma reforma tributária que tiraria progressividade do atual sistema tributário.

Uma vez estabelecida a agenda de extrema direita da campanha de Bolsonaro, faz-se preciso entender o que levou ela a ser tão bem avaliada pelos eleitores a ponto de romper a polarização PT-PSDB que existiu entre 1994-2014 e ser a escolhida para preencher o mandato presidencial de 2019-2022, transformando um político de baixo escalão em um dos homens mais poderosos do país. Obviamente, a ascensão do então deputado ao topo das pesquisas eleitorais e, posteriormente, à presidência não poderia ser explicada somente pela conjuntura de recessão e estagnação econômica.

Como aponta Goldstein (2019), uma das razões do fenômeno eleitoral de Bolsonaro são os frágeis limites da democracia liberal que se sucedeu dos escombros da Ditadura Militar, uma democracia restrita, calcada por enormes desigualdades socioeconômicas e que foi incapaz de responder aos apelos da população, seja nas manifestações de Junho de 2013, seja em sua insatisfação diante do quadro recessivo que tomou forma em 2015-16 ou dos

⁷ ver nota 6.

casos de corrupção que foram revelados pela Lava-Jato. As desigualdades em questão, por sua vez, não foram amenizadas via a substituição do nacional-desenvolvimentismo pelo neoliberalismo. A ordem concebida a partir dos anos 1990, com a emergência do Plano Real, das privatizações e do tripé macroeconômico, se revelou perpetuadora de crises, tal qual aponta Saad-Filho (2020), engendrando uma economia acostumada a baixos índices de crescimento econômicos e péssimas condições de emprego, tendência esta ainda mais estimulada pela vertente autoritária do neoliberalismo colocada em vigor por Temer e suas reformas econômicas já destrinchadas.

Um outro ponto essencial para explicar a subida ao poder de Bolsonaro é a politização da justiça e seu subsequente impacto na escalada de autoritarismo na sociedade. Tal qual recontam Pahnke e Milan (2020), a legislação ajudou a legitimar a transição para uma ordem neoliberal, muito necessitada de uma base jurídica para se desenvolver, como já explanado no primeiro capítulo desta monografia. Anos depois, os governos de Temer e de Bolsonaro usariam a lei para aprofundar ainda mais o neoliberalismo, retomando a questão da privatização (deixada de lado pelos governos petistas) e aprovando uma série de reformas, das quais se destacam o já mencionado teto de gastos, além das já citadas reforma trabalhista e a previdenciária, com a primeira flexibilizando contratos trabalhistas e enfraquecendo sindicatos e a segunda, por sua vez, aumentando a idade e o tempo de contribuição necessários para ser possível adquirir o benefício social da previdência.

No caso brasileiro, o judiciário deu e dá legitimidade para o neoliberalismo, promovendo disciplina fiscal, privatização, desencorajamento de gasto público e tributação progressiva, com o intuito de criar uma ordem social baseada na competição, levando a mudanças sociais e econômicas no sentido de favorecer ainda mais a acumulação capitalista dada a ordem neoliberal posta. Ainda em Pahnke e Milan (2020), o judiciário passa a resolver cada vez mais conflitos da sociedade e, em muitos deles, acabando dando aval para respostas repressivas no contexto da segurança pública, o que acaba por fomentar uma plataforma de métodos violentos para lidar com crimes e contravenções, plataforma esta amplamente abraçada por Bolsonaro.

Um último importante aspecto da politização da justiça é o uso da lei para perseguir opositores. As instâncias mais transparentes no qual isto tomou forma foram o *impeachment* da ex-presidente Dilma por irresponsabilidade fiscal e a prisão e condenação do ex-presidente Lula por suborno. Na visão de Pahnke e Milan (2020), ambos os casos estavam atrelados a

escassas evidências jurídicas, porém, mesmo assim, os políticos em questão sofreram suas respectivas condenações a despeito da inexistência de provas concretas de seus supostos atos criminosos, tornando-se claro a presença de um judiciário à mercê de interesses de grupos políticos. Grupos políticos estes que, por sua vez, muito sabiamente manipularam do já mencionado discurso anticorrupção que pautou o debate cultural dos últimos anos, justamente com o intuito de prejudicar seus oponentes e rivais.

Portanto, é o entrelaçamento e retroalimentação entre aprofundamento do neoliberalismo, politização da justiça e espraiamento do autoritarismo que é possível elucidar a questão por detrás da ascensão do agora presidente Bolsonaro. É neste cenário, consequência de uma determinada estrutura, estrutura esta neoliberal, que parte significativa dos votantes opta por um projeto tão radical e extremo, remanescente dos tempos sombrios da Ditadura Militar amada por Bolsonaro, com os eleitores bolsonaristas vendo em seu ídolo alguém capaz de reintegrar o Brasil, de restaurar ordem, tal qual descreve Goldstein (2019). Ainda segundo Goldstein (2019), seus eleitores vêm nele alguém "sincero", "autêntico" e "politicamente incorreto", diferente da tradicional classe política que só lhes falhou, que se envolveu em casos de corrupção e foi incapaz de enfrentar propriamente as mazelas socioeconômicas pelas quais passava o povo brasileiro.

3.5 A extrema direita no poder e a pandemia de COVID-19

Uma vez instaurado no poder, o governo Bolsonaro seria sustentado por uma série de grupos sociais. Dentre eles, realça-se o suporte do setor financeiro, que, segundo Goldstein (2019), viram na administração de extrema direita uma chance de dar continuidade às reformas neoliberais do ex-presidente Temer, com tal apoio sendo sacramentado por meio da escolha de Guedes como principal conselheiro econômico e atual chefe do Ministério da Economia. Os evangélicos, ainda em Goldstein (2019), também seriam um outro importante baluarte político do governo Bolsonaro, identificando-se com sua retórica religiosa e conservadora, tendo os líderes dos grupos evangélicos grande poder na administração federal, auxiliando na escolha de política pública nos campos da educação, das relações externas, entre outros.

Além dos evangélicos e do mercado, realça-se o amparo dos militares, com vários importantes cargos da administração sendo ocupados por militares, chegando até mesmo a vice-presidência. Como apontam Pahnke e Milan (2020), o Exército acabaria emprestando seu

capital político ao presidente Bolsonaro. O agronegócio seria uma outra fonte de apoio ao governo, interessados no estímulo destas políticas de desproteção aos biomas brasileiros da Floresta Amazônica e do Cerrado, com o intuito de torná-los passíveis à exploração econômica, desalojando povos indígenas de suas terras milenares, tal qual notam Pahnke e Milan (2020).

Por conseguinte, mesclando um discurso conservador, autoritário e neoliberal e sendo bancado por importantes forças nacionais, o governo Bolsonaro simboliza um sinal claro de que o autoritarismo retornou ao Brasil anos após o fim da Ditadura Militar. Mesmo que não tenha havido ainda uma clara ruptura institucional, vê-se o autoritarismo se disseminando, sendo imposto, como observa Pahnke e Milan (2020), por uma coalizão de interesses advindos de grupos com agendas próprias, como o setor financeiro, o agronegócio, os militares e os evangélicos, destrinchados anteriormente. Interesses estes que, por sua vez, são concretizados pelo uso do judiciário, rechaçando a neutralidade da lei e tomando forma uma clara politização da justiça, o que culmina na perseguição e repressão de opositores, além de subsequentemente acentuar o clima de autoritarismo em vigor no país, como já tratado anteriormente.

Passando a focar nas ações concretas que o governo Bolsonaro colocou em prática desde sua inauguração, temos como um de seus principais legados para as gerações futuras a reforma previdenciária, defendida arduamente pelo ministro da Economia Paulo Guedes, tal qual mencionado previamente. A reforma idealizada inicialmente por Guedes e defendida pelo governo federal era, contudo, diferente da que seria eventualmente promulgada, com aquela consistindo, como afirma Saad-Filho (2020), na troca do sistema previdenciário atual, baseado na repartição e na solidariedade entre os trabalhadores da ativa e aposentados, para um baseado na capitalização, que o próprio trabalhador economizaria sua aposentadoria. Na prática, isto faria com que os trabalhadores mais pobres e informais (portanto, uma grande parcela da população) nunca consigam requerer o benefício social da aposentadoria, enquanto os ricos contratariam uma previdência privada, munida de condições mais flexíveis e retornos maiores que uma calculada no regime de capitalização. Percebe-se, logo, a agressividade do projeto de Bolsonaro, apresentando uma reforma previdenciária ainda mais dura que a de Temer, não só desejando eliminar o regime de repartição, mas também alterar o Benefício de

Prestação Continuada, requerido por idosos e deficientes de baixa renda, além de perseguir alterações na aposentadoria rural⁸.

Vê-se, assim, que o atual governo brasileiro, à época da escrita da presente monografia, aprofunda o neoliberalismo autoritário visto no governo Temer, simbolizando um perigo para os sistemas social, econômico e político do país. Estabilidade política e crescimento econômico são impossíveis de serem alcançados, especialmente sob a égide desta forma mais autoritária do neoliberalismo, tal qual reforça Saad-Filho (2020).

Somente reforça esta tese a resposta governamental à pandemia de COVID-19. Declarada em março de 2020⁹, na mesma época da primeira morte de um brasileiro pela doença¹⁰, a pandemia em questão foi responsável pela concretização de crise sanitária e também econômica, como explicado por Deos, Ferreira e Palludeto (2021). Afinal, pelo lado da demanda, impactou negativamente o dispêndio dos agentes privados e, pelo lado da oferta, influenciou na diminuição dos produtos e serviços a serem vendidos ao forçar o fechamento de atividades econômicas não-essenciais, culminando, assim, em uma queda generalizada no nível de emprego e produto na economia brasileira, a serem destrinchados com maior detalhe posteriormente.

Ainda em Deos et al. (2021), a administração federal tratou de menosprezar o potencial letal da crise sanitária que se anunciava, fazendo uma falsa oposição entre o sucesso da atividade econômica e a preservação da saúde a partir de medidas recomendadas pela comunidade científica e grandes instituições, medidas das quais destaca-se, primordialmente, o isolamento social¹¹ e o uso de máscaras¹². Em um grave momento da história brasileira, com uma profunda crise econômica e sanitária ameaçando o bem estar e até mesmo a vida dos brasileiros, o governo optou por focar na manutenção das mais diversas atividades econômicas, ao invés de direcionar todos os seus instrumentos de política pública, como o gasto público, a taxa de juros e o empréstimo de crédito, para ser possível aplicar as ações recomendadas, permitindo a existência de um isolamento social adequado, que combatesse fortemente a ameaça representada pela SARS-CoV-2.

⁸ ver nota 6.

⁹ ver Moreira e Pinheiro (2020).

¹⁰ ver Verdélio (2020).

¹¹ ver "OMS reforça que medidas de isolamento social são a melhor alternativa contra o coronavírus" (2020).

¹² ver "A utilização das máscaras é recomendada para evitar o coronavírus?" (2020).

Como justificativa para suas ações, o discurso oficial do governo foi o de que as medidas indicadas pela comunidade científica, e que tiveram um positivo efeito sobre o combate ao vírus nas mais variadas nações ao redor do mundo¹³, ameaçavam as liberdades individuais, em consonância com a retórica neoliberal tão comumente adotada pela administração federal. Para esta, tal qual relata Deos et al. (2021), a população tinha o direito de andar sem máscara, ignorar o isolamento social, tomar remédios que supostamente serviriam para um tratamento precoce contra o COVID-19 (que nunca tiveram comprovação científica clara¹⁴), além de recusarem a vacinação.

Com relação especificamente à economia, conforme a SARS-CoV-2 se disseminava, o Brasil experimentou uma grande fuga de capitais, desestabilizando o valor da moeda nacional, o real, como informado por De Paula (2021). Observando o impacto sobre o PIB, ainda em De Paula (2021), a crise desencadeada pelo COVID-19 fez com aquele apresentasse taxas negativas ao longo de todo o ano de 2020, podendo o decréscimo no produto econômico ser explicado por prejuízos sofridos na indústria e no setor de serviços, ao passo que a agricultura conseguiu sustentar uma significativa elevação em função da exportação de commodities, algo certamente impulsionado pelo contexto de desvalorização do real. No que tange ao desemprego, a situação também é trágica, com 20% da População Economicamente Ativa se encontrando desocupada ou desalentada durante o terceiro trimestre de 2020, tal qual reporta De Paula (2021). Por sua vez, o alto grau de informalidade, aproximadamente 40% da população empregada, agrava ainda mais os desafios a serem enfrentados pelo país, uma vez que aumenta o contingente de pessoas em um estado de vulnerabilidade com a emergência da crise.

Diante deste contexto de grave turbulência econômica, o ministro Paulo Guedes, certamente repetindo o ensinamento dogmático que recebeu na Universidade de Chicago, afirmou que o avanço na agenda governamental de reformas econômicas seria o remédio ideal para a crise, como reporta De Paula (2021). Além disso, ainda em De Paula (2021), poucas políticas contracíclicas foram implementadas no início da pandemia no Brasil, destacando-se a protelação de pagamento de imposto por parte das firmas, um auxílio financeiro aos estados e municípios e maiores recursos para o Sistema Único de Saúde. A partir do resultado fraco das medidas tomadas, com o país carecendo de uma política contracíclica a altura da

¹³ ver Garcia (2020).

¹⁴ ver Menezes e Pacheco (2021).

gravidade da situação a ser combatida, houve pressão por parte de uma gama de atores na sociedade civil e no Congresso para que fosse instituído um auxílio emergencial para a parcela vulnerável da população brasileira, tal qual coloca De Paula (2021).

Por conseguinte, mobilizando Deos et al. (2021), o auxílio emergencial seria a principal medida levada a cabo pelo governo Bolsonaro contra a crise econômica instaurada no país. Contudo, é essencial observar que o valor final do auxílio, no patamar de 600 reais, foi fixado pelo Congresso Nacional, em uma vitória da oposição parlamentar em cima das forças governistas. E o intuito do auxílio, na visão da administração federal, era a manutenção do desempenho econômico, nunca tendo estado em foco, por mais que o auxílio, em seu valor final, tenha ajudado nisso, o combate ao vírus via distanciamento social, indo ao encontro da retórica oficial adotada, de desdenhar conscientemente do potencial mortífero da crise sanitária. Ainda pautando acerca do auxílio emergencial, no momento que esta monografia foi escrita, a versão de 2021 já tinha sido aprovada e está sendo entregue à população¹⁵.

Como resultado da política pública oficialmente escolhida pelo governo Bolsonaro, o Brasil apresentou um elevado número de mortes e uma variação intermediária do PIB quando comparado às outras maiores economias mundiais, é o que aponta Deos et al. (2021). Ou seja, supostamente privilegiar a economia ao negar medidas cientificamente comprovadas de combate ao vírus não culminou na materialização do que afirmava o governo, de que aquela fosse ser preservada. Na realidade, o PIB do ano de 2020 sofreu uma queda de 4,1% com relação ao ano anterior¹⁶, e o real se tornou a moeda que mais se desvalorizou para o mesmo ano de 2020¹⁷. Além de não ter gerado o resultado econômico esperado, o dado mais trágico da política pública governamental de combate à pandemia foi o elevadíssimo número de mortes, mais de 500 mil¹⁸ na época da escrita da presente monografia, e com tendência a piorar¹⁹.

Desse modo, é passível de conclusão que a gestão brasileira da pandemia de COVID-19 foi baseada em uma política nefasta de promoção do vírus, com o presidente Bolsonaro levando a cabo uma retórica negacionista ao desacreditizar e politizar as medidas estimuladas por autoridades sanitárias, levando a uma ínfima adesão da população a atitudes

¹⁵ ver "Auxílio Emergencial: veja o calendário completo de pagamentos da nova rodada" (2021).

¹⁶ ver Jiménez (2021).

¹⁷ ver Mota (2020).

¹⁸ ver Alfano (2021).

¹⁹ ver Sobrinho (2021).

tidas como essenciais para frear o espriamento da doença, como nota Deos et al. (2021). Dentre as medidas negacionistas tomadas pelo governo federal, observa-se, ainda em Deos et al. (2021), recomendação de hidroxicloroquina no tratamento precoce da COVID-19, flexibilização, por parte da Anvisa, da utilização da tal hidroxicloroquina, além de ivermectina, desencorajamento do uso da máscara, e, talvez a ação mais reveladora das intenções do governo, a inércia na busca por vacinas.

A demissão do ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta por parte do presidente, em função de críticas do primeiro à gestão da pandemia realizada pelo segundo, é um outro indício relevante do menosprezo de Bolsonaro diante da ameaça representada pelo COVID-19, tal qual apontam Pahnke e Milan (2020). A tentativa do presidente, ainda em Pahnke e Milan (2020), de declarar serviços religiosos e loterias como serviços econômicos essenciais é uma outra amostra de seu escárnio para com o potencial mortífero do vírus e as vítimas por ele gerados, com governadores estaduais e o Congresso tentando bloquear parcelas das ações danosas feitas por Bolsonaro e sendo bem sucedidos em algumas instâncias.

Assim, faz-se preciso destacar a existência de uma ação sistêmica, de almejar uma imaginária continuidade da vida econômica a despeito dos subsequentes milhares de mortos que isso causaria. Houve uma escolha consciente de política pública, como observa Deos et al. (2021), não podendo ser falado em incompetência, uma vez que a política em questão foi executada vigorosamente, visto as ações levadas a cabo pelo presidente e seus aliados. De forma consciente, o governo Bolsonaro abandonou a população brasileira à própria sorte, em especial os mais necessitados. Em uma sociedade cada vez mais desprovida de laços de solidariedade e corroída pela generalização da concorrência instigada pelo neoliberalismo, a emergência da crise sanitária e econômica da COVID-19 foi ao encontro da retórica individualista do "cada um por si", culminando na pilha de corpos que se amontoam pelo país.

3.6 A relação entre extrema direita e o neoliberalismo em contexto nacional

Após tudo o que foi detalhado no presente capítulo, temos que a transição a uma ordem neoliberal, em contexto nacional, a partir dos anos 1990, foi calcada em uma lógica excludente. Tal qual resumem Saad-Filho e Morais (2018), a ordem em questão esvaziou a base manufatureira brasileira e reprimiu o crescimento econômico. A capacidade da economia do país de gerar emprego também se reduziu, acompanhada de um Estado com menor

autonomia para intervir nos problemas de crescimento e de coordenação de políticas, sendo limitado por uma série de regras fiscais enxertadas na Constituição a partir de reformas legitimadas pela busca da estabilidade de preços e da boa governança, seguindo a tendência internacional, resumida no Consenso de Washington e de acordo com a racionalidade neoliberal que se espalhava.

Por mais que tenham havido experimentações econômicas de cunho desenvolvimentista e keynesiano em parte dos governos petistas, como colocou Lopreato (2013), a estrutura neoliberal herdada pelas administrações em questão se manteve ao longo de toda a duração daquelas, com a continuação do tripé macroeconômico se revelando como grande símbolo do compromisso de tais governos, os primeiros declaradamente de esquerda no Brasil, com o neoliberalismo, algo reportado por Saad-Filho (2020). Após o fim do PT no poder, uma vertente mais autoritária do neoliberalismo tomou forma, em consonância com a ordem de extrema direita que se formava.

Mobilizando Goldstein (2019), a ordem em questão pode ser caracterizada pela concepção de um inimigo a ser combatido, inimigo este de esquerda, culpado pelos problemas socioeconômicos do país, galvanizando a base de apoio a atacá-lo, o que na prática baliza repressão contra partidos de esquerda e movimentos sociais identificados com este lado do espectro político. Diferentemente de movimentos políticos de extrema direita ao redor do mundo, o brasileiro não tem a rejeição aos imigrantes como um dos pontos nevrálgicos de sua agenda, mesmo que Bolsonaro e seus seguidores façam o uso de uma retórica nacionalista, uma vez que o Brasil não foi grandemente afetado pela crise migratória. Ainda em Goldstein (2019), outros traços importantes da ordem de extrema direita brasileira incluem a presença da politização da justiça e o sequestro do debate público para uma pauta favorável à extrema direita, reduzindo aquele a um embate entre honestidade e corrupção e deixando de lado discussões mais relevantes para o país, como a da desigualdade social.

Tanto um judiciário politizado e a criação de um inimigo de esquerda a ser extinguido quanto um debate público simplificado e desprovido de conteúdo servem ao interesse de uma agenda neoliberal, auxiliando no prosseguimento de reformas bem quistas pelo mercado, corporações e o sistema financeiro, tal qual as promulgadas desde 2017, incluindo os já detalhados teto de gastos públicos, reforma trabalhista e previdenciária. Pautando especificamente do neoliberalismo, seu aprofundamento, em sua faceta mais autoritária, é claramente um aspecto da ordem de extrema direita em desenvolvimento no Brasil. Como

evidencia Goldstein (2019), o neoliberalismo raptou a soberania popular, ditando medidas de austeridade que destruíram o tecido social, possibilitando a concretização de um cenário de caos social e econômico que levou a uma população insatisfeita e desiludida com a política, pronta para ser fígada por um *outsider* munido com soluções fáceis e objetivas para problemas estruturais e complexos, um "messias" pronto para massacrar os "inimigos da nação"²⁰ e "restaurar a ordem" no país, retornando a supostos "tempos áureos"²¹.

Entrelaçado, assim, ao espraiamento do neoliberalismo, encontra-se uma democracia desbotada e quebradiça, baseada em cidadãos sem fé nas instituições e na classe política, com uma democracia frágil sendo uma última característica da ordem estudada, cuja culminação e maior símbolo seria a eleição do próprio Bolsonaro, tal qual destaca Goldstein (2019). Essencial destacar, portanto, que a ordem de extrema direita que se configura no Brasil não é uma típica ditadura fruto de um golpe de estado, mas consequência de um processo de perda de democracia. Como aponta Goldstein (2019), não é ainda uma ditadura, mas não pode ser qualificada como uma democracia plena. É uma democracia que aos poucos vai se extinguindo, tornando-se ainda mais limitada. É uma democracia oca, que está sendo devorada por dentro, carcomida por vermes.

Desse modo, vê-se a incompatibilidade entre democracia e neoliberalismo. À medida que este foi tomando controle das instituições brasileiras, materializou-se seu poder de restringir a integração social e a distribuição de renda e de riqueza. Como consequência, houve a aniquilação de quaisquer aspirações democráticas almejadas de serem cumpridas pelo Estado, aspirações estas garantidas pela Constituição de 1988. A ocasião perfeita para a ascensão da extrema direita, que, longe de simbolizar uma ruptura com o neoliberalismo, revelou-se, na realidade, um importante aliado, como demonstrou as políticas colocadas em pauta pelo governo Bolsonaro, tanto no lado econômico, com a reforma da previdência, quanto na resposta à pandemia de COVID-19, exaltando "liberdades individuais" acima de consensos científicos, levando a trágicas estatísticas. É a tese neoliberal da sobrevivência dos mais fortes, da seleção natural via concorrência quando levada às últimas consequências.

²⁰ ver Ribeiro (2018).

²¹ ver "Bolsonaro diz que objetivo é fazer o Brasil semelhante 'ao que tínhamos há 40, 50 anos'" (2018).

CONCLUSÃO

A eleição de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil pode ter parecido surpreendente, para dizer o mínimo, considerando sua retórica agressiva, autoritária e antidemocrática, especialmente em um país que, no início do século XXI, parecia estar gozando de estabilidade política após anos de uma sangrenta Ditadura Militar. O Brasil, também no começo deste século, parecia estar passando por uma grande onda de desenvolvimento econômico. Alguns anos depois, encontra-se totalmente despedaçado, tanto economicamente quanto politicamente, tendo sofrido anos de crises ininterruptas, chegando a atual, atrelada à pandemia de COVID-19.

Ao longo desta monografia, especialmente a partir do último capítulo, vê-se que o atual momento desolador pelo qual o Brasil passa era, na verdade, um cenário muito provável de ocorrer. A partir da presente monografia, verifica-se que o país sempre possuiu deficiências estruturais, fruto de seu status como nação subdesenvolvida, cuja estrutura econômica dependente tecnologicamente se reproduz ao longo do tempo. A chegada da racionalidade neoliberal, por sua vez, não alterou esta situação. Os governos, ao longo das últimas décadas até os dias de hoje, identificados com o neoliberalismo, inclusive os que se diziam de esquerda, falharam em responder os problemas estruturais que sempre prejudicaram a população, dentre eles, a pobreza e o desemprego. O fracasso, em uma perspectiva de longo prazo, era o único cenário resultante possível, uma vez que as mudanças que requererem a economia brasileira envolvem um tipo de intervenção estatal que é uma afronta à racionalidade neoliberal.

Realizado ao longo do primeiro capítulo da monografia, a análise da genealogia intelectual do neoliberalismo – suas origens, seu percurso histórico e políticas econômicas aplicadas na prática – revelou que aquele não aceita intervenções públicas que, de modo geral, anulem os resultados do mercado, tidos como sagrados, ignorando conceitos que deveriam ser importantes para sociedade democráticas, como o de justiça social. Viu-se também, por outro lado, a existência de um tipo de interferência estatal aceita pela racionalidade neoliberal, não só aceita mas como estimulada.

Nascido dos escombros do liberalismo clássico, o neoliberalismo e seus primeiros pensadores, dos quais se destacam Friedrich Hayek e Milton Friedman, não iriam cometer o que consideravam ser erros dos liberais clássicos, negando que o mercado e a liberdade

provinda deste sejam frutos de uma ordem naturalmente concebida. Na opinião destes intelectuais neoliberais, interessados no renascimento do liberalismo econômico e na queda das sociais democracias que se espalharam pelas sociedades capitalistas ocidentais do pós-guerra, haveria espaço para uma intervenção por parte do Estado, caracterizada por se dar a favor do mercado, provendo-lhe de uma ordem jurídica, entendendo o mercado como fruto desta.

Tal ordem constitucional, por sua vez, seria responsável por bem calibrar o princípio da concorrência, tido como o fundamento da racionalidade neoliberal. Também contrastando com o liberalismo clássico, o neoliberalismo apresenta traços de darwinismo social ao defender a eliminação dos agentes e firmas mais fracos do mercado via a concorrência, culminando em um suposto apropriado funcionamento econômico. Apelos populares por justiça social, por redistribuição de renda, por melhora na desigualdade social deveriam ser descartados, uma vez que poderiam ameaçar a seleção feita pela concorrência, aqui entendida como *suprassumo* da liberdade. A democracia, a soberania popular tornam-se, assim, empecilhos para o neoliberalismo, munido de um claro viés antidemocrático, algo especialmente visualizado na teoria hayekiana.

Por conseguinte, esta forma de apreender o mundo acabaria se infiltrando nos governos ao redor do planeta, principalmente após a (Contra-)Revolução Monetarista, que tirou do foco da política macroeconômica a defesa do pleno emprego, atando o Estado a rígidas metas fiscais e de inflação, impedindo que pudesse interferir no resultado do mercado, em consonância com os preceitos do neoliberalismo. Como consequência, aniquilou-se o Estado de Bem-Estar Social e houve um subsequente aumento na desigualdade social, assim como na quantidade de crises internacionais ao longo dos anos, que passam a ser cada vez mais frequentes e sistemáticas. Como principal exemplo de crise, na era do capitalismo sob o domínio da racionalidade neoliberal, pode-se destacar a crise financeira de 2008, cujos péssimos efeitos a economia global ainda se recupera.

É neste contexto que surgem os líderes de extrema direita, como Bolsonaro. Tais políticos ganharam uma rápida importância em seus respectivos países, fazendo-se uso de uma pauta baseada em populismo, nacionalismo e conservadorismo, além de um óbvio teor antidemocrático, como foi discernido ao longo do segundo capítulo da monografia. Com relação à associação que se estabelece entre a extrema direita e o neoliberalismo, pode-se subentender que é complexa, porém sendo possível verificar claros traços de causalidade e

continuidade. Afinal, a extrema direita se beneficiou das crises econômicas gestadas pelo neoliberalismo e que dilaceraram o tecido social, além da suspeição que tal racionalidade detém da democracia, com ambos compartilhando de um caráter antidemocrático. Também faz uso de uma retórica da "liberdade", tão cara aos neoliberais, para justificar seus arroubos autoritários. Sobretudo, a rejeição ao social, o desejo de deixar os indivíduos mais frágeis à sua própria sorte, é uma evidente conexão.

Por mais que o discurso nacionalista e populista empregado pela extrema direita e os mercados globais associados ao neoliberalismo possam parecer contraditórios, uma análise mais aprofundada revela essa série de aspectos em comuns citados. Demonstrou-se, assim, como o momento histórico atual, gestado pela racionalidade em questão, foi propício para o aumento de poder por parte do movimento político de extrema direita, com o neoliberalismo operando em conjunto com aquele.

Retornando ao contexto nacional, conforme o neoliberalismo vai se inserindo cada vez mais pela sociedade e pelo Estado, principalmente via aprovação de legislação – como as reformas econômicas aprovadas desde 2017, evidenciando mais uma vez a importância da jurisdição para a racionalidade estudada –, corrói-se os laços sociais, o desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, a democracia. Cria-se, logo, uma legião de insatisfeitos com a classe política tradicional, o terreno fértil para que um discurso igual ao de Bolsonaro prosperasse.

Por fim, para o Brasil, a emergência de ambos, isto é, da extrema direita e do neoliberalismo, se revelou trágica, algo exposto no terceiro capítulo da monografia. A década de 2010 pode ser considerada uma das piores da história econômica nacional²², e a vinda da crise econômica gerada pela pandemia de COVID-19, assim como a resposta por parte do governo Bolsonaro, não indica um prospecto de melhora para a economia do país. Indo além do campo econômico, as tendências autoritárias do atual presidente geram instabilidade política, e as vítimas da pandemia se proliferam, realçando o descontrole na gerência da crise sanitária ainda em vigor no Brasil. Vê-se, assim, uma série de desafios a serem enfrentados, desafios estes incapazes de serem respondidos pela racionalidade neoliberal e o movimento político de extrema direita a ela atrelado. É necessário uma nova maneira de entender a realidade, uma racionalidade que seja compatível com valores democráticos, em prol de laços

²² ver "CNC: Brasil perdeu mais com década de 2010 do que com anos 1980" (2020).

sociais e de uma intervenção estatal, não igual àquela favorável ao mercado, mas sim capaz de defender satisfatórios níveis de emprego e de renda aos indivíduos.

REFERÊNCIAS

A utilização das máscaras é recomendada para evitar o coronavírus?. **Fiocruz**, 2020. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/pergunta/utilizacao-das-mascaras-e-recomendada-para-evitar-o-coronavirus>>. Acesso em: 06 de jun. de 2021.

ALFANO, Bruno. Após atingir 500 mil mortes no sábado, país leva apenas seis dias para passar de 510 mil, aponta consórcio de imprensa. **Portal Extra**, 2021. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/coronavirus/apos-atingir-500-mil-mortes-no-sabado-pais-leva-apenas-seis-dias-para-passar-de-510-mil-aponta-consorcio-de-imprensa-25078045.html>>. Acesso em: 26 de jun. de 2021.

ALVAREDO, Facundo; CHANCEL, Lucas; PIKETTY, Thomas; SAEZ, Emmanuel; ZUCMAN, Gabriel. **World Inequality Report 2018**. Paris: World Inequality Lab, 2017.

AUXÍLIO Emergencial: veja o calendário completo de pagamentos da nova rodada. **Portal G1**, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/auxilio-emergencial/noticia/2021/03/31/auxilio-emergencial-veja-o-calendario-de-pagamentos-da-nova-rodada.ghtml>>. Acesso em: 09 de jun. de 2021.

BALTAR, P. Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil. In: Cintra et al. (orgs.). **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; MELLO, Guilherme; ROSSI, PEDRO. The growth model of the PT governments: a furtadian view of the limits of recent Brazilian development. **Latin American Perspectives**, Issue 230, Vol. 47 No. 1, 100–114, jan. 2020.

BELLUZZO, L.G. E ALMEIDA, J.S. **Depois da queda**: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BOLSONARO diz que objetivo é fazer o Brasil semelhante 'ao que tínhamos há 40, 50 anos'. **O Globo**, 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-diz-que-objetivo-fazer-brasil-semelhante-ao-que-tinhamos-ha-40-50-anos-23158680>>. Acesso em: 10 de jun. de 2021.

BROWN, Wendy. **In the ruins of neoliberalism**: the rise of antidemocratic politics in the west. New York: Columbia University Press, 2019.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise**: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: UNESP/IE-UNICAMP, 2002.

CNC: Brasil perdeu mais com década de 2010 do que com anos 1980. **Agência Brasil**, 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-02/cnc-brasil-perdeu-mais-com-decada-de-2010-do-que-com-os-anos-1980>>. Acesso em: 26 de jun. de 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **Never-ending nightmare**: the neoliberal assault on democracy. Londres e Nova York: Verso, 2019.

DAVIES, William. Neoliberalism: a biographic review. **Theory, Culture & Society**, Think-Pieces, 2014.

DAVIDSON, Neil; SAULL, Richard. Neoliberalism and the far-right: a contradictory embrace. **Critical Sociology**, Vol. 43, 707–724, 2017.

DEOS, Simone; FERREIRA, Adriana Nunes; PALLUDETTO, Alex Wilhans Antonio. As respostas do governo Bolsonaro à pandemia: desprezo à vida e equívocos econômicos. In: Calejon, C. (org.). **Tempestade perfeita**: o bolsonarismo e a sindemia covid-19 no Brasil. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.

DE PAULA, Luiz Fernando. A crise do coronavírus e as políticas contracíclicas no Brasil: uma avaliação. **IE-UFRJ Discussion Paper**, 016, 2021.

FAUSTO, Ruy. Revolução conservadora e neoliberalismo. **Revista Rosa**, 3ª série, No. 2, dez. 2020.

FRANCO, G. **O desafio brasileiro**: ensaios sobre desenvolvimento, globalização e moeda. São Paulo: Ed. 34, 1999.

FILGUEIRAS, L. **História do Plano Real**: fundamentos, impactos e contradições. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

FURCERI, Davide; LOUGANI, Prakash; OSTRY, Jonathan D. Neoliberalism: oversold?. **Finance & Development**, Vol. 53 (2), 38-41, jun. 2016.

GARCIA, Rafael. Estudo em 131 países confirma eficácia de distanciamento social contra Covid-19. **O Globo**, 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/estudo-em-131-paises-confirma-eficacia-de-distanciamento-social-contracovid-19-24707529>>. Acesso em: 08 de jun. de 2021.

GOLDSTEIN, Ariel Alenjandro. The new far-right in Brazil and the construction of a right-wing order. **Latin American Perspectives**, Issue 227, Vol. 46 No. 4, 245-262, jul. 2019.

GOMES, Helton Simões; LAPORTA, Taís. Entenda a ‘guerra comercial’ entre EUA e China e como ela pode afetar a economia mundial. **Portal G1**, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/entenda-a-guerra-comercial-entre-eua-e-china-e-com-o-ela-pode-afetar-a-economia-mundial.ghtml>>. Acesso em: 08 de jun. de 2021.

HARVEY, David. **A brief history of neoliberalism**. Nova York: Oxford University Press, 2005.

JIMÉNEZ, Carla. PIB de 2020 no Brasil cai 4,1% com pandemia, o pior resultado em 24 anos. **El País**, 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/economia/2021-03-03/pib-de-2020-fecha-em-queda-de-41-no-brasil-com-pandemia-de-covid-19.html>>. Acesso em: 09 de jun. de 2021.

KRUGMAN, Paul. Capitalism, socialism, and unfreedom. **The New York Times**, 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/08/26/opinion/capitalism-socialism-and-unfreedom.html>>. Acesso em: 25 de fev. de 2021.

KIELY, Ray. From authoritarian liberalism to economic technocracy: neoliberalism, politics and ‘de-democratization’. **Critical Sociology**, Vol. 43(4-5), 725–745, 2017.

LAVINAS, Lena. **The takeover of social policy by financialization: the brazilian paradox**. New York: Palgrave Macmillan, 2017.

LOPREATO, F. L. **Caminhos da política fiscal do Brasil**. São Paulo: Ed. Unesp, 2013.

MARCHESAN, Ricardo. O caminho da reforma. **Portal UOL**, 2019. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/o-caminho-da-reforma-da-previdencia/>>. Acesso em: 08 de jun. de 2021.

MELLO, G. S; ROSSI, P. Do industrialismo à austeridade: a política macro dos governos Dilma. In: Baltar et al. (orgs.). **Para além da política econômica**. São Paulo: Unesp, 2018.

MENEZES, Luiz Fernando; PACHECO, Priscila. Por que não se pode dizer que tratamento precoce contra Covid-19 funciona. **Aos Fatos**, 2021. Disponível em: <<https://www.aosfatos.org/noticias/por-que-nao-se-pode-dizer-que-tratamento-precoce-contr-covid-19-funciona/>>. Acesso em: 07 de jun. de 2021.

MODENESI, André de Melo. **Regimes monetários: teoria e a experiência do real**. Barueri: Manole, 2005.

MOREIRA, Ardilhes; PINHEIRO, Lara. OMS declara pandemia de coronavírus. **Portal G1**, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/11/oms-declara-pandemia-de-coronavirus.ghtml>> . Acesso em: 07 de jun. de 2021.

MOTA, Camilla Veras. Por que o real é a moeda que mais se desvalorizou em 2020. **BBC News Brasil**, 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54549137>> . Acesso em: 10 de jun. de 2021.

OMS reforça que medidas de isolamento social são a melhor alternativa contra o coronavírus. **Jornal Nacional**, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/03/30/oms-reforca-que-medidas-de-isolamento-social-sao-a-melhor-alternativa-contr-o-coronavirus.ghtml>>. Acesso em: 06 de jun. de 2021.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. **In it together**: why less inequality benefits all. Paris: OECD Publishing, 2015.

PAHNKE, Anthony Robert; MILAN, Marcelo Milan. The brazilian crisis and the new authoritarianism. **Monthly Review**, Issue 02, Vol 72, jun. 2020.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 7ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PÜHRINGER, Stephan; ÖTSCH, Walter O. Neoliberalism and right-wing populism: conceptual analogies. **Forum for Social Economics**, Vol. 47:2, 193-203, abr. 2018.

RIBEIRO, Janaína. "Vamos fuzilar a petralhada", diz Bolsonaro em campanha no Acre. **Exame**, 2018. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre/>>. Acesso em: 09 de jun. de 2021.

RUGITSKY, Fernando. The decline of neoliberalism: a play in three acts. **Brazilian Journal of Political Economy**, vol. 40, nº 4, p. 587-603, Oct.-Dez. 2020.

SAAD-FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brazil**: neoliberalism versus democracy. Londres: Pluto Press, 2018.

SAAD-FILHO, Alfredo. Varieties of neoliberalism in Brazil (2003–2019). **Latin American Perspectives**, Issue 230, Vol. 47 No. 1, 9–27, jan. 2020.

SAFATLE, Vladimir. A economia moral neoliberal e seus descontentes. In: Dunker et al. (orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SNOWDON, Brian; VANE, Howard. **Modern macroeconomics**: its origins, development and current state. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2005.

SOBRINHO, Wanderley Preite. Por que a terceira onda de covid-19 está próxima e pode ser mais letal. **Portal UOL**, 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/05/23/terceira-onda-covid-19-3-coronavirus-vacinacao-lenta-quarentena-nova-cepa.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 08 de jun. de 2021.

VERDÉLIO, Andreia. Primeira morte por covid-19 no Brasil aconteceu em 12 de março. **Agência Brasil**, 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-06/primeira-morte-por-covid-19-no-brasil-il-aconteceu-em-12-de-marco>>. Acesso em: 07 de jun. de 2021.